



**FORNOS DE
ALGODRES**

MUNICÍPIO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

I – INTRODUÇÃO

Nota Prévias

Conforme o estipulado na alínea j) do n.º 1 do art.º 35.º da lei 75/2013, de 12 de setembro, são competências do Presidente da Câmara Municipal, submeter à aprovação da câmara municipal e à apreciação e votação da assembleia municipal, os documentos de prestação de contas.

Em cumprimento do disposto no n.º 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2018, que procura refletir as origens das receitas e despesas do Município de Fornos de Algodres, bem como uma análise relativamente à sua situação económica e financeira.

Estrutura Política

A composição política dos órgãos municipais sofreu alterações em relação ao ano transato.

Até 12 de Março de 2018, a Câmara Municipal teve a seguinte composição:

Presidente – António Manuel Pina Fonseca – PS

Vice-Presidente – Rita Isabel Almeida Silva – PS (Independente)

Vereador – Alexandre Filipe Fernandes Lote – PS

Vereador – Bruno Henrique Figueiredo Costa – PS

Vereador – Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues – PSD

Após 13 de Março de 2018, a Câmara Municipal teve a seguinte composição:

Presidente – António Manuel Pina Fonseca – PS

Vice-Presidente – Alexandre Filipe Fernandes Lote - PS

Vereador – Bruno Henrique Figueiredo Costa – PS

Vereador – Rita Isabel Almeida Silva – PS (Independente)

Vereador – Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues – PSD

Enquadramento Macroeconómico

O Banco de Portugal nas suas projeções macroeconómicas para a Economia Portuguesa para o período de 2019 a 2021 prevê que continue a crescer a um ritmo ligeiramente inferior ao registado nos últimos anos. Após um aumento de 2,1% em 2018, o produto interno bruto (PIB) português deverá crescer 1,7% em 2019 e 2020 e 1,6% em 2021.

O crescimento projetado é superior ao recentemente publicado pelo Banco Central Europeu (BCE) para a área do euro, o que se traduz em progressos ligeiros no processo de convergência da economia portuguesa para os níveis médios de rendimento da área do euro. Estas projeções têm subjacente um enquadramento económico e financeiro da economia portuguesa, globalmente benigno, com a procura externa a crescer em média 3,4% e com a manutenção de condições de financiamento favoráveis para os vários setores da economia. A orientação da política monetária da área do euro permanece acomodatícia, num quadro de manutenção das taxas de juros a níveis baixos.

Ao longo do horizonte de projeção (2019-21) e tal como em 2018, o contributo da procura interna para o crescimento do PIB será superior ao das exportações. Neste contexto, o crescimento das importações será maior do que o das exportações, o que se traduz num saldo negativo da balança de bens e serviços a partir de 2020. Não obstante, projeta-se a manutenção de um excedente da balança corrente e de capital ao longo da projeção, com o contributo importante do aumento esperado das transferências na União Europeia (EU) neste período.

As taxas de juro de curto prazo mantiveram-se em níveis historicamente baixos em 2018. De acordo com as expectativas de mercado, antecipa-se um aumento muito gradual a partir de 2020, com a taxa de juro a 3 meses a situar-se em cerca de 0% no final do horizonte de projeção.

Nos últimos 5 anos o consumo privado tem apresentado um crescimento relativamente estável, em torno dos 2,4%. Ao longo do horizonte de projeção o consumo privado deverá continuar a crescer de forma moderada, a uma taxa média de 2,1%, que é ligeiramente superior ao crescimento médio do PIB.

O aumento do consumo privado está associado à evolução favorável do rendimento disponível real das famílias, que reflete o aumento do emprego e dos salários nominais, incluindo o salário mínimo em 2019, e a evolução contida dos preços. A confiança dos consumidores permanece em níveis elevados, apesar de inferiores ao observados no passado recente, com as famílias a manterem expectativas positivas em relação à evolução da sua situação financeira.

A inflação, medida pela taxa de variação do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), deverá diminuir de 1,2% em 2018 para 0,8% em 2019, aumentando gradualmente no período 2020-21. Comparando com as projeções mais recentes para a área do euro, antecipa-se uma evolução dos preços inferiores à projetada para a área do euro.

Nos últimos anos registou-se uma redução gradual dos recursos disponíveis no mercado de trabalho e no mercado do produto, que se deverá manter no horizonte de projeção, num quadro de maturação no ciclo económico. Esta evidência tem-se traduzido numa aceleração gradual dos salários nominais no sector privado.

A economia portuguesa deverá continuar a crescer no período 2019-21, enquadrada por uma envolvente económica e financeira globalmente favorável. Contudo, o ritmo de crescimento deverá ser inferior ao observado nos últimos anos, situando-se próximo das estimativas disponíveis para o crescimento potencial. A perspetiva de redução do crescimento é comum a outras economias, nomeadamente à área do euro. Um fator que contribui para a evolução e a desaceleração do comércio mundial, existindo o risco de esta tendência se acentuar.

Síntese de Resultados

Em termos sintéticos destaca-se:

- ✓ O facto do Município de Fornos de Algodres apresentar uma taxa de execução, em termos de cobrança, do orçamento da receita a rondar os 93 %;
- ✓ A diminuição da receita corrente em 0,95 % deve-se essencialmente ao decréscimo da rúbrica Outras Receitas Correntes;
- ✓ A receita de capital é inferior, em 94,42%, relativamente a 2017, ou seja, cerca de 26.399.629,02 €, fundamentalmente pela variação negativa dos passivos Financeiros (Empréstimo FAM);
- ✓ O aumento das despesas com pessoal em 6,00 % deveu-se sobretudo ao aumento da rúbrica "Remunerações certas e permanentes" (51.385€);
- ✓ O aumento de 47,37 % face ao ano transato na aquisição de bens e serviços, o que totaliza 604.325€, que resulta essencialmente do pagamento de faturas às Águas do Vale do Tejo, S.A.
- ✓ O aumento de 277,40% face ao ano transato nas aquisições de bens de capital, que totaliza 1.607.748€;

Na ótica patrimonial destaca-se o resultado líquido do exercício de 334.196,52€.

Por fim, uma nota para os recursos humanos que de acordo com o art.º 53.º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 (Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro), os municípios que, a 31 de dezembro de 2017, se encontrem na situação prevista nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, estão impedidos de proceder à abertura de procedimentos concursais, à exceção dos que decorrem da aplicação do PREVPAP.

O Município de Fornos de Algodres, cumpriu a norma não efetuando nenhum procedimento concursal.

II – RELATÓRIO FINANCEIRO

ANÁLISE ORÇAMENTAL

1. Principais Evidências

Quadro 1 - Indicadores

Indicador	2015	2016	2017	2018
Receita				
Crescimento da receita total	7,48%	3,81%	558,80%	-76,76%
Receitas correntes / Receitas Totais	92,07%	89,18%	16,38%	69,85%
Crescimento das receitas correntes	7,60%	0,56%	2,67%	-0,98%
Receitas Fiscais / Receitas correntes	13,88%	12,41%	11,53%	11,83%
Receitas correntes executadas / Receitas correntes orçadas	93,26%	95,99%	98,00%	93,35%
Despesa				
Crescimento da despesa total	2,59%	4,31%	565,57%	-77,02%
Despesas correntes / Despesa total	68,01%	61,55%	11,80%	61,70%
Crescimento das despesas correntes	-6,20%	-5,60%	8,46%	20,15%
Despesas com pessoal / Despesas correntes	46,77%	47,70%	44,14%	39,02%
Despesas com Aquisição de bem e serviços / Despesas correntes	33,12%	32,79%	32,84%	40,28%
Despesas correntes executadas / Despesas correntes orçadas	87,40%	90,43%	87,04%	93,20%
Equilíbrio orçamental e Dívida				
Saldo corrente / Receitas correntes	29,06%	38,22%	29,64%	14,65%
Serviço da dívida / Receitas correntes	37,53%	37,32%	523,63%	25,77%

Os rácios orçamentais registam, em 2018, um decréscimo da receita total em 76,76% e a despesa total diminui em cerca de 77,02 %.

O peso das receitas fiscais sobre as receitas correntes sofreu um aumento 0,30 % em relação ao ano anterior.

Ao nível das despesas totais do Município de Fornos de Algodres verifica-se, no ano em apreço, uma diminuição de 77,02 % por força do enquadramento contabilístico no ano de 2017 da liquidação do Plano de Reequilíbrio Financeiro através da entrada em vigor do Plano de Ajustamento Municipal.

A taxa de execução da receita corrente do Município, bem como a taxa de execução da despesa corrente, foram respetivamente de 93,35% e 93,20%

2. Equilíbrio Orçamental

2.1. Equilíbrio Corrente

Quadro 2 – Poupança Corrente do Exercício

Designação	2018 €	2017 €	Variação 17-18
Receita corrente executada	5 469 756	5 522 139	-0,95%
Despesa corrente executada	4 668 215	3 885 198	20,15%
Poupança corrente executada	801 540	1 636 941	-51,03%
Dívida corrente transitada da gerência anterior	14 426	4 038	257,25%
Dívida corrente transitada para a gerência seguinte	74 137	-121 616	-160,96%
Receita corrente liquida e não cobrada no exercício	144 762	117 924	22,76%
Poupança corrente do exercício	1 034 865	1 637 287	-36,79%

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. Tal facto verificou-se no exercício do ano 2018.

A poupança corrente bruta acrescida dos movimentos das dívidas correntes transitadas e a transitar bem como da receita corrente liquida e não cobrada no exercício, permite-nos obter a poupança corrente do exercício que, em 2018, é de 1.034.865 €.

2.2. Equilíbrio Efetivo

Quadro 3 – Saldo Global Efetivo

Designação	2018 €	2017 €	Variação 17-18
Receitas Correntes	5 469 756	5 522 139	-0,95%
Receitas de capital (efetivas)	1 559 327	27 958 956	-94,42%
Receita efetiva	7 029 082	33 481 095	-79,01%
Despesas correntes	4 668 215	3 885 198	20,15%
Despesas de capital (efetivas)	2 897 535	29 031 874	-90,02%
Despesa efetiva	7 565 751	32 917 072	-77,02%
Saldo corrente	801 540	1 636 941	51,03%
Saldo de capital	-1 338 209	-1 072 918	24,73%
Saldo da Gerência Anterior	802 510	217 949	368,21%
Saldo global efetivo	265 842	781 972	-66,00%

Verificou-se equilíbrio efetivo, sustentando todas as despesas efetivas (despesas excluídas dos ativos e dos passivos financeiros) por receitas efetivas (receitas com exclusão de ativos e passivos financeiros) e Saldo da Gerência Anterior, em obediência à regra da boa gestão financeira e da proteção dos ativos patrimoniais.

3. Análise da Despesa

3.1. Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa

**Quadro 4 – Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa Segundo
a Natureza Económica**

Capítulos	Dotação Inicial	Alterações e revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	Reforços	Deduções	Valor	Peso	€	%
	€	€	€	€	%	€	%
Despesas com pessoal	1 812 605	120 239	95 461	1 837 383	21,1%	24 778	1,4%
Aquisição de bens e serviços	1 993 858	443 821	261 558	2 176 121	25,0%	182 263	9%
Juros e outros encargos	494 430	74 116	0	568 546	6,5%	74 116	15%
Transferências correntes	298 470	134 390	42 426	390 434	4,5%	91 964	31%
Outras despesas correntes	13 200	28 250	5 200	36 250	0,4%	23 050	175%
Despesas correntes	4 612 563	800 816	404 645	5 008 734	57,6%	396 171	9%
Aquisição de bens de capital	1 447 473	2 437 464	921 498	2 963 439	34,1%	1 515 966	105%
Transferências de Capital	36 000	0	0	36 000	n/a	0	0%
Ativos Financeiros	45 702	0	0	45 702	0,5%	0	0%
Passivos financeiros	629 062	23 695	11 848	640 910	7,4%	11 848	2%
Outras despesas de capital	0	0	0	0	n/a	0	n/a
Despesas de capital	2 158 237	2 461 159	933 346	3 686 051	42,4%	1 527 814	71%
Total	6 770 800	3 261 975	1 337 990	8 694 785	99,6%	1 923 985	28%

No decurso de 2018, registaram-se 10 modificações e 2 revisões ao orçamento (uma para inserção do Saldo da Gerência Anterior, a outra para inserção do empréstimo do FAM destinado a pagamento de passivos contingentes).

As 10 alterações orçamentais no seu conjunto, não alteraram o valor global do orçamento, mas as revisões orçamentais aumentaram o orçamento inicial em 1.923.985 €.

3.2. Execução Orçamental da Despesa

Quadro 5 – Despesa por Classificação Económica

Capítulos	Despesa Orçada	Despesa comprometida /Realizada	Despesa Paga	Desvio	Taxa de Execução	Despesa realizada e não paga
	€	€	€	€	%	€
	1	2	3	4=3-1	5=3/1	6=2-3
Despesas com pessoal	1 821 483	1 806 954	1 806 954	-14 529	99%	0
Aquisição de bens e serviços	2 176 121	1 953 417	1 880 182	-295 939	86%	73 236
Juros e outros encargos	568 546	561 901	561 901	-6 645	99%	0
Transferências correntes	390 434	369 903	369 253	-21 181	95%	650
Outras despesas correntes	36 250	35 804	35 553	-697	98%	251
Despesas correntes	4 992 834	4 727 980	4 653 843	-338 991	93%	74 137
Aquisição de bens de capital	2 963 439	2 487 609	2 187 349	-776 090	74%	300 260
Transferências de Capital	36 000	35 000	35 000	-1 000	97%	0
Ativos Financeiros	45 702	34 277	34 277	-11 426	75%	0
Passivos financeiros	640 910	640 910	640 910	0	100%	0
Despesas de capital	3 686 051	3 197 795	2 897 535	-788 515	79%	300 260
Total	8 678 885	7 925 775	7 551 378	-1 127 506	87%	374 397

As despesas correntes representaram 61,63% do total executado e as despesas de capital 38,37%. Nas despesas correntes, são as despesas com aquisição de bens e serviços que têm maior peso, logo seguidas das despesas com pessoal. As aquisições de bens e serviços são as que, em termos absolutos, apresentam o maior desvio relativamente ao valor orçado. Em aquisição de bens e serviços, o desvio negativo foi de 295.939€. Em contrapartida, a dívida corrente a transitar para 2019 é de 74.137€.

Em termos de execução, o desvio das despesas de capital está registado na rubrica aquisição de bens de capital e apresenta um desvio negativo de 776.090€.

3.3. Evolução da Despesa

Quadro 6 – Evolução da Despesa Global Realizada e Paga

Capítulos	Pago 2018			Realizado 2018			Pago 2017			Realizado 2017			
	Valor	Peso	%	Valor	Peso	%	Valor	Peso	%	Variação	Valor	Peso	%
	€			€			€			17-18	€		17-18
Despesas com pessoal	1 806 954	23,9%	1 806 954	22,8%	1 714 753	5,2%	5,4%	1 714 753	5,2%	5,4%	5,2%	5,2%	5,4%
Aquisição de bens e serviços	1 880 182	24,9%	1 953 417	24,6%	1 275 857	3,9%	47,4%	1 397 473	4,2%	4,2%	39,8%	39,8%	39,8%
Juros e outros encargos	561 901	7,4%	561 901	7,1%	529 149	1,6%	6,2%	529 149	1,6%	6,2%	6,2%	6,2%	6,2%
Transferências correntes	369 253	4,9%	369 903	4,7%	346 961	1,1%	6,4%	346 961	1,0%	6,6%	6,6%	6,6%	6,6%
Outras despesas correntes	35 553	0,5%	35 804	0,5%	18 478	0,1%	92,4%	18 478	0,1%	93,8%	93,8%	93,8%	93,8%
Despesas correntes	4 653 843	61,5%	4 727 980	59,7%	3 885 198	11,8%	19,8%	4 006 814	12,1%	16,1%			
Aquisição de bens de capital	2 187 349	7,7%	2 487 609	31,4%	579 601	1,8%	277,4%	639 714	1,9%	288,9%	288,9%	288,9%	288,9%
Transferências de Capital	35 000	0,3%	35 000	0,4%	20 000	0,1%	75,0%	20 000	0,1%	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%
Ativos Financeiros	34 277	0,6%	34 277	0,4%	45 702	0,1%	-25,0%	45 702	0,1%	-25,0%	-25,0%	-25,0%	-25,0%
Passivos financeiros	640 910	64,0%	640 910	8,1%	28 386 571	86,2%	-97,7%	28 386 571	85,8%	-97,7%	-97,7%	-97,7%	-97,7%
Despesas de capital	2 897 535	38,4%	3 197 795	40,3%	29 031 874	88,2%	-90,0%	29 091 987	87,9%	-89,0%			
Total	7 551 378	100%	7 925 775	100,0%	32 917 072	100%	-77,1%	33 098 801	100%	-76,1%			

Em 2018 a despesa realizada diminui 25.173.026 € e a despesa paga diminui 25.365.694 €, face ao ano anterior, devido à liquidação do empréstimo do Plano de Reequilíbrio Financeiro no ano de 2017. Da diferença entre a despesa realizada e a despesa paga em 2018, resulta uma dívida total a transitar para o ano de 2018, de 374.397 €.

Análise à Evolução da Estrutura da Despesa Corrente

As despesas correntes realizadas em 2018(4.727.980€) foram superiores às de 2017 (4.006.814 €) em cerca de 721.166 €. Os valores realizados e os valores pagos aumentaram 16,15% e 19,78%, respetivamente.

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das despesas com pessoal e com aquisição de bens e serviços, que na despesa orçada representam 21,13% e 25,03% e na despesa paga representam 23,93% e 24,90% respetivamente.

No que respeita às despesas correntes é ainda de referir que nos juros e outros encargos, estão incluídos juros das despesas com os empréstimos de médio e longo prazo.

Quadro 7 – Evolução da Despesa com Pessoal

Despesas com Pessoal	2018		2017		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	17-18	%
	€	%	€	%	€	%
Remunerações certas e permanentes:						
Titulares órgãos soberania e membros Órgãos Autárquicos	131 397	7,3%	124 229	7,3%	7 168	5,8%
Pessoal dos quadros-Reg. Cont. individual de trabalho	919 034	50,9%	889 482	52,2%	29 552	3,3%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	0	0,0%	0	0,0%	0	n/a
Pessoal aguardando aposentação	0	0,0%	850	0,0%	-850	100,0%
Pessoal em qualquer outra situação	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Representação	25 642	1,4%	30 484	1,8%	-4 842	-15,9%
Suplementos e prémios	0	0,0%	0	0,0%	0	n/a
Subsídio de refeição	95 949	5,3%	88 370	5,2%	7 579	8,6%
Subsídio de férias e Natal	179 619	9,9%	171 097	10,0%	8 522	5,0%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	12 276	0,7%	8 020	0,5%	4 256	53,1%
Abonos variáveis ou eventuais:	41 246	2,3%	9 170	0,5%	32 076	349,8%
Horas extraordinárias	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Ajudas de Custo	3 299	0,2%	1 422	0,1%	1 877	132,0%

Despesas com Pessoal	2018		2017		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	17-18	
					€	%
Abono para faltas	2 838	0,2%	2 993	0,2%	-155	-5,2%
Formação	0	0,0%	420	0,0%	-420	0,0%
Indemnizações por cessação de funções	33 583	0,0%	0	0,0%	33 583	100,0%
Outros suplementos e prémios	1 526	0,1%	4 335	0,3%	-2 809	-64,8%
Segurança social:	401 792	22,2%	383 104	22,5%	18 688	4,9%
Encargos com a saúde	58 893	3,3%	52 983	3,1%	5 910	11,2%
Outros encargos com a saúde	3	0,0%	0	0,0%	3	0,0%
Subsídio familiar a crianças e jovens	11 010	0,6%	10 493	0,6%	517	4,9%
Outras prestações familiares	1 287	0,1%	0	0,0%	1 287	0,0%
Contribuições para a segurança social	294 692	16,3%	288 761	16,9%	5 931	2,1%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0	0,0%	4 842	0,3%	-4 842	n/a
Outras Pensões	9 435	0,5%	0	0,0%	9 435	n/a
Seguros	26 473	1,5%	26 025	1,5%	448	1,7%
Total	1 806 954	100,0%	1 704 806	100,0%	102 148	6,0%

As despesas com pessoal apresentam em 2018, uma variação positiva 102.148€ relativamente ao ano anterior.

O ligeiro aumento reflete-se essencialmente nas rubricas, Indemnizações por cessação de funções com um aumento de 33.583 € e na rubrica Pessoal dos Quadros com um aumento de 29.552 €.

Análise à Evolução da Estrutura da Despesa de Capital

As despesas de capital, orçadas para 2018 (3.686.051€) foram inferiores às de 2017 (29.734.790€).

Quadro 8 – Evolução das Despesas de Investimento Total

Rubricas	2018	2017	Variação	
	Valor	Valor	€	%
Habitações	145 781,87	77 691,95	68 089,92	88%
Reparação e Beneficiação	145 781,87	77 691,95	68 089,92	88%
Edifícios	12 735,14	0,00	12 735,14	n/a
Escolas	12 735,14	0,00	12 735,14	n/a
Construções Diversas	1 075 607,70	328 569,27	747 038,43	227%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	619 493,80	211 013,34	408 480,46	194%
Iluminação Pública	84 864,28	61 844,73	23 019,55	37%
Captação e distribuição de água	6 122,33	0,00	6 122,33	n/a
Sinalização e Trânsito	0,00	6 020,85	-6 020,85	-100%
Outros	365 127,29	49 690,35	315 436,94	635%
Equipamento de Informática	62 626,57	20 546,46	42 080,11	205%
Software Informático	64 502,33	21 440,75	43 061,58	201%
Equipamento administrativo	3 457,67	0,00	3 457,67	n/a
Equipamento básico	12 273,32	11 146,14	1 127,18	10%
Outro	12 273,32	11 146,14	1 127,18	10%
Ferramenta e Utensílios	6 252,65	869,50	5 383,15	619%
Total	1 383 237,25	460 264,07	922 973,18	201%

Em termos do investimento global, o valor pago atingiu o montante 1.383.237,25 €, que representa um acréscimo de 922.973,18 € face a 2017.

Quadro 9 – Fontes de Financiamento do Investimento Global do Município

Designação	2018		2017	
	Valor	Peso	Valor	Peso
	€	%	€	%
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de capital	407 763,00	100%	401 950,00	100%
-Fundos Comunitários	407 763,00	100%	401 950,00	100%
- Contratos de comparticipação / Protocolos		0%	0,00	0%
Receitas próprias	0,00	0%	0,00	0%
Investimento Pago	474 850,01	100%	401 950,00	100%

Quadro 10 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

Objetivo	Orçado	Realizado		Pago
	Valor	Valor	Taxa de Execução	Valor
	€	€	%	€
	(1)	(2)	(3) = (2) / (1)	(4)
Acção Social	12 819,22	9 071,81	70,77%	9 071,81
Economia	29 494,63	6 124,63	20,77%	6 124,63
Educação	125 245,00	57 615,06	46,00%	57 615,06
Participação	63 231,48	51 428,60	81,33%	47 043,65
Organização Municipal	151 130,86	86 990,31	57,56%	86 990,31
Ambiente e Regeneração Urbana	1 234 853,70	707 770,19	57,32%	703 464,88
Cultura, Desporto e Juventude	22 000,00	21 446,14	97,48%	21 446,14
Turismo	42 020,35	1 134,68	2,70%	1 134,68
Proteção Civil	161 997,00	133 811,47	82,60%	133 811,47
Processos Judiciais - FAM	723 545,49	723 545,49	100,00%	723 545,49
Processos Judiciais - FAM	397 101,20	397 101,20	100,00%	397 101,20
Total	2 963 438,93	2 196 039,58	74,10%	2 187 349,32

Tendo como referência os principais investimentos integrados na classificação por objetivos, verifica-se que a função de Ambiente e Regeneração Urbana absorveu 707.770,19€ equivalente a 32,23% do investimento total.

Dos 707.770,19 € aplicados no Ambiente e Regeneração Urbana, 520.315,88 € foram para o Programa de Valorização e Revitalização de Espaços Urbanos, 181.592,87 € foram para Água e Saneamento e 5.861,44 € para projetos da Associação de Municípios da Cova da Beira.

3.3. Evolução da Despesa com Transferências, Subsídios e Outras Formas de Apoio Concedidos pelo Município de Fornos de Algodres

As transferências apresentam, relativamente aos valores realizados do ano anterior, um acréscimo de 37.942,04 €, resultado essencialmente da variação positiva da rubrica Associações de Municípios . As transferências correntes para as Instituições sem fins lucrativos em termos orçamentais, são classificados como subsídios.

Quadro 11 – Estrutura das Transferências

Transferências	2018				2017			
	Realizado		Pago		Realizado			
	€	%	€	%	€	%	€	%
Transferências correntes	369 903,02	91,4%	369 253,02	91,3%	346 960,98	94,5%		
Freguesias	34 780,68	8,6%	34 780,68	8,6%	31 376,46	8,6%		
Associações de Municípios	48 818,17	12,1%	48 818,17	12,1%	4 258,16	0,0%		
Instituições sem fins lucrativos	109 981,13	27,2%	109 981,13	27,2%	94 012,15	25,6%		
Outras	176 323,04	43,5%	175 673,04	43,5%	217 314,21	59,2%		
Transferências de Capital	35 000,00	8,6%	35 000,00	8,7%	20 000,00	5,5%		
Freguesias	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%		
Instituições sem fins lucrativos	35 000,00	8,6%	35 000,00	8,7%	20 000,00	5,5%		
Total	404 903,02	100%	404 253,02	100%	366 960,98	100%		

Quadro 12 – Transferências para as Freguesias

Freguesias	Recenseamento Eleitoral / Eleições	Apoio à Atividade das Freguesias	Total	
			€	€
Algodres	252,75	2 338,40		2 591,15
Casal Vasco	252,75	1 473,52		1 726,27
Figueiró da Granja	252,75	2 672,46		2 925,21
Fornos de Algodres	505,50	3 537,35		4 042,85
Infias	252,75	626,93		879,68
Maceira	252,75	1 880,79		2 133,54
Matança	252,75	3 150,67		3 403,42
Muxagata	252,75	2 320,10		2 572,85
Queiriz	252,75	2 514,59		2 767,34
União Cortiço e Vila Chã	505,50	1 862,49		2 367,99
União Juncais, Vila Ruiva e Vila Soeiro	758,25	4 704,27		5 462,52
União Sobral Pichorro e Fuinhas	505,50	3 402,36		3 907,86
Total	4 296,75	30 483,93		34 780,68

As transferências para as Juntas de Freguesia correspondem a 34.780,68€ e decorrem sobretudo do apoio à atividade das freguesias, no âmbito do protocolo de delegação de competências (30.483,93€).

Quadro 13 – Transferências por Entidades

Entidade	2018	2017	Variação 17-18	
	€	€	€	%
Associações				
ANMP - Associação Nacional Municípios Portugueses	4 306,70	0,00	4 306,70	n/a
Associação Human. Bombeiros Voluntários FAG	24 282,14	26 330,00	-2 047,86	92,2%
Associação Desportiva de Fornos de Algodres	34 088,93	33 480,00	608,93	101,8%
Associação Recreativa e Cult. Figueiró da Granja	670,87	0,00	670,87	n/a
Associação de Promoção S.C. D. Fornos de Algodres	0,00	0,00	0,00	n/a
Associação Promoção S.R.D.H. Maceira	813,68	809,65	4,03	n/a
Associação de Promoção Social, Recreativa e Desportiva de Vila Ruiva	0,00	0,00	0,00	n/a
A.V.S.C. - Associação Social, Cultural e Recreativa de Vila Soeiro do Chão	0,00	535,36	-535,36	n/a
Associação para o Desenvolvimento Muxagata	0,00	0,00	0,00	n/a
Associação Cultural e Recreativa da Aldeia de Fuinhas	50,00	50,00	0,00	n/a
Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias da Montanha	16 299,00	22 347,16	-6 048,16	n/a
Associação Melhoramentos Social Cultural da Mata	205,91	50,00	155,91	n/a
Associação de Promoção Social, RD de S. Pedro de Infias	50,00	0,00	50,00	n/a
Associação Geopark Estrela	15 000,00	0,00	15 000,00	n/a
Subtotal	95 767,23	83 602,17	12 165,06	14,6%
Outros				
Santa Casa da Misericórdia de Fornos de Algodres	7 551,31	3 810,00	3 741,31	98,2%
Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres	2 550,00	2 295,00	255,00	11,1%
Fábrica Igreja Paroquial de Fornos de Algodres	0,00	50,00	-50,00	-100,0%
Fábrica Igreja Paroquial da Freguesia de Infias	0,00	50,00	-50,00	-100,0%
Faculdade de Direito - Novos Fitados de Direito	0,00	50,00	-50,00	-100,0%
Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra	0,00	50,00	-50,00	-100,0%
Liga dos Amigos de Figueiró da Granja	667,55	783,21	-115,66	n/a
Liga dos Amigos de Vila Soeiro do Chão	0,00	50,00	-50,00	n/a
Casa do Pessoal da Câmara Municipal Fornos de Algodres	2 800,00	579,97	2 220,03	n/a
Casa do Sport Lisboa e Benfica de Fornos de Algodres	0,00	578,32	-578,32	n/a
CEKS Clube de Escolas de Karaté Shukokai	1 241,52	0,00	1 241,52	n/a
Clube Rodas do Inferno	539,69	537,01	2,68	n/a
Confraria da Urtiga de Fornos de Algodres	621,06	617,98	3,08	n/a

Entidade	2018	2017	Variação 17-18	
	€	€	€	%
Liga dos Amigos de Sobral Pichorro	50,00	0,00	50,00	n/a
Centro Alcoólicos Recuperados da Guarda	300,00	300,00	0,00	n/a
Comissão de Festas de Nossa Senhora dos Verdes	0,00	50,00	-50,00	n/a
Grupo de Amigos da Terra do Vasco	0,00	558,49	-558,49	n/a
Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela	43 111,47	0,00	43 111,47	n/a
Grupo Desportivo e Recreativo de Figueiró da Granja	599,47	0,00	599,47	n/a
Rede Judiarias de Portugal	1 500,00	0,00	1 500,00	n/a
Programas CEI	153 636,33	205 870,91	-52 234,58	n/a
Bolsas de Estudo	11 999,60	9 520,00	2 479,60	n/a
Programa Emergência Social	4 413,62	1 923,33	2 490,29	n/a
Programa de Ocupação de Tempos Livres	7 123,49	0,00	7 123,49	n/a
Subtotal	238 705,11	227 674,22	11 030,89	4,8%
Total	334 472,34	311 276,39	23 195,95	7,45%

A variação positiva de 23.195,95€, deve-se essencialmente ao pagamento de projetos transversais da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

4. Análise da Receita

4.1. Alterações e Revisões Orçamentais da Receita

Quadro 12 – Alteração e Origem do Decréscimo da Dotação

Designação	Orçamento	Modificações	Orçamento
	Inicial		Final
	€	€	€
Receitas Correntes	5 815 420	45 525	5 815 420
Receitas de Capital	955 180	1 075 950	2 031 130
Outras Receitas	200	802 510	802 710
Total	6 770 800	1 923 985	8 649 260

A comparação entre o orçamento inicial e final permite aferir da capacidade financeira da sua execução, em face do volume de receitas efetivamente arrecadado.

4.2. Execução Orçamental da Receita

Quadro 13 – Receita Orçada, Liquidada e Cobrada por Classificação Económica

Designação	Orçado € (1)	Liquidado € (2)	Cobrado € (3)	Desvio € (4)=(3)-(1)	Taxa de Execução (5)=(3)/(1)
Impostos Diretos	680 000,00	680 697,84	647 160,33	-32 839,67	95,17%
Impostos Indiretos	4 600,00	4 381,38	4 381,38	-218,62	95,25%
Taxas, multas e outras penalidades	124 300,00	115 011,48	112 353,08	-11 946,92	90,39%
Rendimentos de propriedade	257 800,00	237 405,10	237 277,23	-20 522,77	92,04%
Transferências Correntes	4 137 895,81	3 957 066,22	3 957 018,83	-180 876,98	95,63%
Venda de bens e serviços correntes	521 349,00	436 368,88	412 364,64	-108 984,36	79,10%
Outras receitas correntes	135 000,00	99 200,14	99 200,14	-35 799,86	73,48%
Receitas correntes	5 860 944,81	5 530 131,04	5 469 755,63	-391 189,18	93,33%
Vendas de bens de investimento	5 400,00	1 000,00	1 000,00	-4 400,00	18,52%
Transferências de capital	923 489,34	407 763,00	407 763,00	-515 726,34	44,15%
Receitas de capital	928 889,34	408 763,00	408 763,00	-520 126,34	44,01%
Passivos Financeiros	1 102 240,50	1 150 563,68	1 150 563,68	48 323,18	104,38%
Reposições n/abatidas nos pagamentos	200,00	802,13	1 541,47	1 341,47	770,74%
Saldo da Gerência Anterior	802 510,16	802 510,06	802 510,06	-0,10	100,00%
TOTAL	8 694 784,81	7 892 769,91	7 833 133,84	-861 650,87	90,09%

Em termos globais, as receitas totais liquidadas são inferiores no valor de 802.014,90 € em relação aos valores orçados.

As receitas de capital contribuiram com um desvio negativo de 520.126,34 €, por sua vez as receitas correntes registaram um desvio de - 330.813,77 €.

No que respeita aos valores cobrados, o grau de execução da receita corrente foi de 90,09%.

Quadro 14 – Receita Liquidada e Não Cobrada

Designação	Valor €
Receita orçada	8 694 785
Receita liquidada	7 892 770
Receita cobrada	7 833 134
Receita liquidada e não cobrada	141 329

A receita liquidada a terceiros e não cobrada ascende a 141.329€. Nos créditos a favor do Município de Fornos de Algodres estão refletidos, os montantes em débito de cobrança das faturas de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos.

4.3. Evolução da Receita

Quadro 15 – Evolução da Receita Global Cobrada

Designação	2018 €	Peso %	2017 €	Variação 17-18
Impostos Diretos	647 160,33	9,20%	636 813,78	1,62%
Impostos Indiretos	4 381,38	0,06%	1 542,65	184,02%
Taxas, multas e outras penalidades	112 353,08	1,60%	107 314,26	4,70%
Rendimentos de propriedade	237 277,23	3,37%	189 061,45	25,50%
Transferências Correntes	3 957 018,83	56,28%	3 931 709,02	0,64%
Venda de bens e serviços correntes	412 364,64	5,87%	410 194,52	0,53%
Outras receitas correntes	99 200,14	1,41%	245 503,46	-59,59%
Receitas correntes	5 469 755,63	77,80%	5 522 139,14	-0,95%
Vendas de bens de investimento	1 000,00	0,01%	1 975,00	-49,37%
Transferências de capital	407 763,00	5,80%	401 950,00	1,45%
Passivos Financeiros	1 150 563,68	143,37%	27 555 030,70	-95,82%
Receitas de capital	1 559 326,68	22,18%	27 958 955,70	-94,42%
Total das receitas s/ reposições	7 029 082,31	99,98%	33 481 094,84	-79,01%

Designação	2018 €	Peso %	2017 €	Variação 17-18
Reposições n/abatidas nos pagamentos	1 541,47	0,02%	3 570,00	-56,82%
Total das receitas com reposições	7 030 623,78	100,00%	33 484 664,84	-79,00%
Saldo da gerência anterior	802 510,06	0,00%	217 948,83	0,00%
Total	7 833 133,84	100,00%	33 702 613,67	-76,76%

No ano de 2018 a receita cobrada diminuiu em 25.869.478,83 €, face ao ano de 2017.

Este decréscimo, verificado em termos globais, decorre, da rúbrica Passivos Financeiros, referente á entrada do Capital do FAM, para pagamento na integra do empréstimo do Plano de Reequilíbrio Financeiro que se verificou no ano de 2017.

Quadro 16 – Evolução da Estrutura da Receita Fiscal

Designação	Orçado	2018		2017		Variação 17-18
		Executado	Desvio	€	Taxa de Execução	
Imp. Mun.sobre imóveis (IMI)/Contribuição autárquica	515 000,00	482 638,01	-32 361,99	93,72%	477 363,43	1,10%
Imposto único de circulação (IUC)/IMV	90 000,00	95 647,12	5 647,12	106,27%	91 508,73	4,52%
Imp. Mun.sobre transm. Onerosas imóveis (IMT)/SISA	45 000,00	41 766,52	-3 233,48	92,81%	40 393,81	3,40%
Derrama	30 000,00	27 108,68	-2 891,32	90,36%	27 547,81	-1,59%
Impostos diretos	680 000,00	647 160,33	-32 839,67	95,17%	636 813,78	1,62%
Mercados e feiras	100,00	2 772,00	-2 672,00	2772,00%	0,00	n/a
Loteamentos e obras	100,00	0,00	-100,00	0,00%	0,00	n/a
Ocupação da via pública	2 000,00	24,00	-1 976,00	1,20%	0,00	n/a
Publicidade	1 300,00	0,00	-1 300,00	0,00%	0,00	n/a
Outros	1 100,00	1 585,38	485,38	144,13%	1 542,65	2,77%
Impostos indiretos	4 600,00	4 381,38	-218,62	95,25%	1 542,65	184,02%
Mercados e feiras	14 500,00	11 653,97	-2 846,03	80,37%	12 520,33	-6,92%
Loteamentos e obras	8 800,00	5 497,50	-3 302,50	62,47%	8 149,00	-32,54%
Ocupação da via pública	1 500,00	586,00	-914,00	39,07%	506,50	15,70%
Saneamento	100,00	0,00	-100,00	0,00%	0,00	n/a
Outras	95 800,00	92 734,25	-3 065,75	96,80%	85 835,21	8,04%
Multas e outras penalidades	3 600,00	1 881,37	-1 718,63	52,26%	303,22	520,46%
Taxas, multas e outras penalidades	124 300,00	112 353,09	-11 946,91	90,39%	107 314,26	4,70%
Total	808 900,00	763 894,80	-45 005,20	94,44%	745 670,69	2,44%

As receitas fiscais, englobando os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, constituem a segunda parcela mais representativa da receita corrente e da receita total cobrada ao longo dos anos, tendo registado um aumento de 2,44 % em relação ao ano de 2017.

Entre as receitas fiscais destacam-se os impostos diretos cujo valor arrecadado foi superior em 10.346,55 € ao executado em 2017, tendo uma evolução positiva de 1,62%, relativamente ao ano transato.

Nos impostos diretos, com uma execução superior, releva-se o Imposto Único de Circulação (IUC), que registou um aumento de 5.647,12 €, face á previsão orçamental.

Dos restantes impostos diretos, destaca-se ainda uma diminuição, face ao valor orçado, do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) no valor de 32.361,99€.

Nas taxas, multas e outras penalidades regista-se uma variação positiva de 4,70%, influenciadas pela rubrica Outras. Esta evolução representa um acréscimo de 6.899,04 €.

As receitas de capital registaram, em 2018, um decréscimo de 26.399.629,02 €, resultado da entrada no ano de 2017 do valor do empréstimo acordado com o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Quadro 17 – Estrutura e Execução das Receitas de Capital

Designação	Orçada		Cobrada		Desvio	Taxa de Execução
	Valor	Peso	Valor	Peso		
	€	%	€	%	€	
Terrenos	400,00	0,02%	0,00	0,00%	-400,00	-100,00%
Habitações	400,00	0,02%	0,00	0,00%	-400,00	-100,00%
Edifícios	400,00	0,02%	0,00	0,00%	-400,00	-100,00%
Outros bens de investimento	4 200,00	0,21%	1 000,00	0,06%	-3 200,00	-76,19%
Venda de bens de investimento	5 400,00	0,27%	1 000,00	0,06%	-4 400,00	-81,48%
Fundo de equilíbrio financeiro	407 763,00	20,07%	407 763,00	26,12%	0,00	0,00%
FEDER	515 726,34	25,39%	0,00	0,00%	-515 726,34	-100,00%
Transferências de Capital	923 489,34	45,46%	407 763,00	26,12%	-515 726,34	-55,85%
Passivos Financeiros	1 102 240,50	54,26%	1 150 563,68	73,71%	48 323,18	104,38%
Reposiçãoes não abatidas nos pagamentos	200,00	0,01%	1 541,47	0,10%	1 341,47	670,74%
Total	2 031 329,84	100,00%	1 560 868,15	100,00%	-518 784,87	-23,16%

Com um desvio de -518.784,87 €, devido sobretudo á rubrica FEDER, que foi prevista em orçamento inicial e não foi liquidada.

4.5. Transferências e Subsídios obtidos

Quadro 18 - Receita Proveniente de Transferências

Transferências	2018		2017		Variação
	Valor	Peso	Valor	Peso	
	€	%	€	%	17-18
FEF/FSM/ Participação fixa no IRS	4 286 367,80	98,22%	4 223 023,00	97,48%	1,50%
Correntes	3 878 604,80	88,87%	3 821 073,00	88,20%	1,51%
Capital	407 763,00	9,34%	401 950,00	9,28%	1,45%
Fundos Comunitários	0,00	0,00%	0,00	0,00%	n/a
Correntes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	n/a
Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	n/a
Outros contratos programa / Protocolos	77 774,03	1,78%	109 276,02	2,52%	-28,83%
Correntes	77 774,03	1,78%	109 276,02	2,52%	-28,83%
Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	n/a
Transferências					
Correntes	3 956 378,83	90,66%	3 930 349,02	90,72%	0,66%
Capital	407 763,00	9,34%	401 950,00	9,28%	1,45%
Total	4 364 141,83	100,00%	4 332 299,02	100,00%	0,74%

As transferências obtidas são superiores em 31.842,81 € em relação às recebidas em 2017.

Esta variação resulta essencialmente do acréscimo do valor recebido do Fundo de Equilíbrio Financeiro.

5. Movimentos de Tesouraria

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

Quadro 19 – Resumo da Conta de Gerência – Fluxos de Caixa

Designação	Operações	Operações de	Total
	Orçamentais	Tesouraria	
	€	€	€
Saldo transitado de 2017	802 510,06	159 754,70	962 264,76
Receitas arrecadadas	7 064 161,29	345 918,76	7 410 080,05
Despesas Pagas	7 565 750,58	370 172,49	7 935 923,07
Saldo a transitar para 2019	300 920,77	135 500,97	436 421,74

O saldo transitado para a gerência seguinte é de 436.421,74 €, que se compõe em 300.920,77€ de saldo de operações orçamentais e 135.500,97 € de saldo de operações de tesouraria.

Esta informação é complementada com os fluxos de caixa que, através de mapa constante dos documentos de Prestação de Contas espelha a natureza e a origem e aplicações de fundos.

A evolução dos recebimentos e pagamentos de operações de tesouraria estão refletidos no quadro seguinte:

Quadro 20 – Operações de Tesouraria

Designação	Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
	€	€	€	€
Clientes e utentes c/ cauções	400,00	0,00	400,00	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	14 617,28	142 409,47	143 337,36	13 689,33
Restantes impostos	2 035,97	1 993,91	3 677,04	352,84
Contribuições para a Segurança Social	20 351,95	180 867,26	188 090,37	27 575,06
Outras tributações	913,99	484,43	1 357,87	40,55
Sindicatos	1 464,29	20 163,69	20 066,26	1 561,72
Devedores e credores diversos	119 971,22	0,00	13 243,53	106 727,69
Total	159 754,70	345 918,76	370 172,43	135.500,97

O fluxo financeiro das operações de tesouraria evidencia as cobranças que os serviços do Município de Fornos de Algodres realizaram para terceiros, ou seja, os valores entrados em cofre e destinados a outras entidades.

As operações de tesouraria desenvolvidas e movimentadas em contas correntes, por entidade e por natureza, são convenientemente documentadas à entrada e saída de fundos, conforme mapa que é parte integrante da Conta de Gerência.

Quadro 21 – Garantias e Cauções

Descrição	Total
	€
Saldo Inicial	1 567 781,93
Cauções rececionadas	0,00
Cauções devolvidas	0,00
Saldo para a gerência seguinte	1 567 781,93

Estas contas refletem, para além das garantias e cauções tituladas por papel, as retenções em numerário e depósitos bancários, estando desagregadas em fornecedores e fornecedores de imobilizado e arquivadas por entidade de origem.

O mapa de controlo e prestação desta informação consta dos anexos às demonstrações financeiras e da prestação de contas, a enviar ao Tribunal de Contas.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

6. Análise do Balanço

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2018.

Quadro 22 - Balanço Sintético

Designação	2018		2017		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	17-18	%
	€	%	€	%	€	%
Imobilizado	35 325 565	96,14%	36 019 025	94,98%	-693 460	-2%
Existências	8 416	0,00%	9 106	0,00%	0	0%
Dívidas de terceiros - médio e longo prazo	0	0,00%	0	0,00%	0	0%
Dívidas de terceiros - curto prazo	159 269	0,43%	134 544	0,35%	24 725	118%
Disponibilidades	436 422	1,19%	962 265	2,54%	-525 843	-55%
Acréscimos e diferimentos	814 184	2,22%	799 464	2,11%	14 720	102%
Ativo líquido	36 743 856	99,98%	37 924 403	99,98%	-1 180 547	-3%
Património	3 901 527	-88,74%	3 901 527	-82%	0	0%
Ajustamentos em partes de capital	0	0,00%	0	0%	0	0%
Reservas	0	0,00%	0	0%	0	0%
Subsídios	0	0,00%	0	0%	0	0%
Doações	0	0,00%	0	0%	0	0%
Regularizações	0	0,00%	0	0%	0	0%
Resultados	-8 298 196	188,74%	-8 632 393	182%	334 197	-4%
Fundos próprios	-4 396 669	100,00%	-4 730 866	100,00%	334 197	-7%
Provisões para riscos e encargos	2 576 350	6,26%	3 805 431	8,92%	-1 229 081	68%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	27 047 462	65,74%	26 696 120	62,59%	351 342	1%
Dívidas a terceiros - curto prazo	869 241	2,11%	920 138	2,16%	-50 897	-6%
Acréscimos e diferimentos	10 647 472	25,88%	11 233 580	26,34%	-586 108	-5%
Passivo	41 140 524	100%	42 655 268	100%	-1 514 744	-4%

A diminuição de 4,00% do ativo líquido deve-se ao efeito da redução do imobilizado (-693.460 €).

Os fundos próprios tiveram uma ligeira melhoria em resultado da incorporação do resultado líquido positivo do exercício de 2018, em resultados transitados.

A redução das provisões para riscos e encargos (-1.229.081 €), de acréscimos e diferimentos (586.108 €) e das dívidas a terceiros – curto prazo (50.897 €), conjugado com o aumento das dívidas a terceiros –

médio e longo prazo (351.342 €), implicou uma redução do passivo no montante de 1.514.744 €, representado em valor percentual uma diminuição do passivo em 4%.

Quadro 23 – Indicadores do Balanço

Indicadores	2018	2017
Estrutura do Ativo		
Ativo Fixo/Ativo Total	96,14%	94,98%
Ativo Circulante/Ativo Total	3,86%	5,02%
Ativo Fixo/Ativo Circulante	2490,71%	1890,39%
Estrutura do Passivo		
Recursos Permanentes/Passivo	168,35%	167,89%
Passivo de Longo Prazo/Passivo Exigível	99,80%	99,56%
Passivo de Curto Prazo/Passivo Exigível	6,03%	6,23%
Passivo de Curto Prazo/Passivo Longo Prazo	6,04%	6,25%
Análise do Ativo Fixo		
Ativo fixo/Endividamento a médio longo prazo	130,61%	134,92%
Amortizações do exercício/Variação do Imobilizado	141,64%	327,84%
Análise do Passivo Exigível		
Coefficiente do Endividamento		
Passivo Exigível/Fundos Próprios	-634,95%	-583,75%
Coefficiente de Endividamento de Curto Prazo		
Passivo Exigível Curto Prazo/Fundos Próprios	-19,77%	-19,45%
Coefficiente de Endividamento a Longo Prazo		
Passivo Exigível a Médio e Longo Prazo/Fundos Próprios	-615,18%	-564,30%
Passivo Exigível a Médio e Longo Prazo/Imobilizado Corpóreo	77,65%	75,28%
Grau de Autonomia		
Fundos Próprios/Ativo Total	-0,12	-0,12
Grau de Liquidez Geral		
Ativo Circulante/Exigível a Curto Prazo	1,68	2,18
Grau de Liquidez Imediata		
Disponibilidades/Exigível a Curto Prazo	1,48	2,01
Grau de Solvabilidade		
Ativo/Passivo Exigível	0,95	0,98

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro positivo face ao ano transato do Município de Fornos de Algodres.

A estrutura do ativo mantém-se praticamente inalterada relativamente a 2017. A diminuição em termos globais resulta da diminuição do ativo fixo relativamente ao ativo circulante por contrapartida do acréscimo do ativo circulante no ativo total.

Na estrutura do passivo constatou-se um ligeiro aumento de recursos permanentes comparativamente com o ano 2017.

Pese embora o decréscimo registado no ativo fixo, verifica-se uma melhoria (4,31%) face ao endividamento médio e longo prazo do Município de Fornos de Algodres.

A autarquia deve apresentar uma certa independência em relação a capitais alheios, pelo que, no financiamento dos seus investimentos, deve recorrer essencialmente a capitais próprios. O Grau de Autonomia analisa a parcela dos ativos que é financiada por capital próprio. Traduz a capacidade da empresa de financiar o ativo através dos capitais próprios sem ter de recorrer a empréstimos. Este rácio em 2018 tem o valor de -0,12.

A Câmara Municipal de Fornos de Algodres, acumulou desde 2004 resultados líquidos negativos que se refletem nos resultados transitados, que no ano 2018 representam o valor acumulado de -8.632.392,55€, pelo que a sustentabilidade financeira, comprovada pela autonomia financeira, o que compromete a autonomia financeira nos próximos anos.

Os rácios de liquidez dão ideia da capacidade da empresa para satisfazer os seus compromissos de curto prazo.

O Grau de Liquidez Geral revela-nos a capacidade que a empresa tem de solver as suas obrigações correntes. É um teste de solvência a curto prazo. O Município tem uma liquidez geral em 2018 de 1,68. Este rácio deve ser pelo menos igual a um, para que se verifique um equilíbrio financeiro mínimo e tal verificou-se. Conclui-se que o Ativo Circulante é superior às Dividas a Curto Prazo conduzindo desta forma a um Fundo de Maneio positivo. Facto que se verifica desde o ano de 2015.

O Grau de Liquidez imediata é aquele que restringe ainda mais o conceito de ativos líquidos, cingindo-os às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo de uma empresa. É utilizada pelos analistas que pretendem conhecer o grau de cobertura dos passivos circulantes por disponibilidades. O valor em 2018 é de 1,048 o que representa que as disponibilidades são suficientes para cobrir o passivo circulante. O Grau de Solvabilidade representa a capacidade da empresa solver os seus compromissos a médio e longo prazo, isto é, a capacidade de pagar as dívidas. Traduz a posição de independência da empresa face aos credores. O nível satisfatório para o Grau de Solvabilidade é o valor 1.

O Grau de Solvabilidade em 2018 é de 0,58, o que significa que a capacidade do Município em cumprir os seus compromissos está tendencialmente a aproximar-se do valor de referência o que, do ponto de vista económico representa um capital próprio que garante a liquidação do seu passivo e tem expectativas de resultados que garantam a sua sobrevivência futura.

Conclui-se que os meios próprios da autarquia se revelam suficientes para cumprir todas as suas obrigações à medida que se vão vencendo.

7. Análise da Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados por Natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2018.

Quadro 24 – Demonstração dos Resultados por Natureza

Designação	2018		2017		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	€	%
Custos e perdas						
1 Custos merc. Vend. E das mat. Consumidas	239 977	3,36%	251 174	3,78%	-11 197	-4,46%
2 Fornecimentos e serviços externos	1 687 163	23,63%	1 337 605	20,13%	349 558	26,13%
3 Pessoal	1 788 276	25,05%	1 724 925	25,95%	63 351	3,67%
4 Transf. e subsídios correntes concedidos	369 139	5,17%	342 653	5,16%	26 486	7,73%
5 Amortizações do exercício	2 358 647	33,04%	2 336 488	35,16%	22 158	0,95%
6 Provisões do exercício	89 729	1,26%	25 476	0,38%	64 253	252,21%
7 Custos e perdas financeiras	564 468	7,91%	548 618	8,25%	15 849	2,89%
8 Outros custos	41 063	0,58%	79 194	1,19%	-38 130	-48,15%
Total	7 138 461	100,00%	6 646 134	100,00%	492 327	7,41%
Proveitos e ganhos						
9 Vendas e prestações de serviços	423 069	5,66%	484 958	7,22%	-61 889	-12,76%
10 Impostos e taxas	757 191	10,13%	774 422	11,53%	-17 231	-2,23%
11 Variação da produção	0	0,00%	0	0,00%	0	n/a
12 Transferências e subsídios correntes	4 488 199	60,06%	4 468 259	66,53%	19 941	0,45%
13 Proveitos financeiros	235 923	3,16%	248 734	3,70%	-12 811	-5,15%
14 Outros Proveitos	1 568 277	20,99%	739 524	11,01%	828 753	112,07%
Total	7 472 658	100,00%	6 715 896	100,00%	756 762	11,27%
Resultado líquido do exercício	334 197		69 762		264 434	379,05%

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2018 apresentam, no seu conjunto, um acréscimo de 492.237€ relativamente ao ano anterior.

O acréscimo dos Fornecedores e serviços externos 349.558 € têm um peso muito significativo no aumento dos custos.

Os Custos com Pessoal têm um peso nos custos da autarquia de 25,05% e são superiores ao peso dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) nos custos totais.

Os proveitos aumentaram em 756.762 € em relação a 2017. O peso da variação dos proveitos na variação dos custos é de 53,71%.

O acréscimo dos proveitos deve-se sobretudo ao aumento da rubrica Outros Proveitos no valor de 828.753€.

Do balanceamento entre os custos e proveitos resulta um resultado líquido do exercício positivo de 334.197 €.

É de salientar que do ano 2004 até ao ano 2014 o Município de Fornos de Algodres nunca registara resultados positivos, cenário que foi invertido no ano 2015, dando continuidade no ano 2018 ao ciclo de Resultados Líquidos positivos.

Constatando-se que o resultado líquido do exercício sofreu uma melhoria significativa face ao ano transato, representado em termos percentuais por 379,05 %.

8. Dívida

8.1. Dívida global

A gestão da dívida está refletida no quadro abaixo.

Quadro 25 – Evolução da Dívida Bancária

Dívida bancária	Capital em dívida 31/12/2018	Capital em dívida 31/12/2017	Variação 17-18	
			€	%
Médio Longo Prazo				
FAM	27 697 732,16	27 188 078	-509 654	-1,8%
Total	27 697 732,16 €	27 188 078,10 €	- 509 654,06 €	-1,8%

A dívida bancária de médio e longo prazo integra a dívida com o empréstimo relativo ao Fundo de Apoio Municipal (FAM). No final do ano de 2018 esta dívida ascendia a 27.697.732,16 €, registando um aumento de 509.654 € face a 2017, este aumento resulta da incorporação no empréstimo do FAM, de processo judiciais, nos quais o Município liquidou 1.120.646,69 €, no ano de 2018.

8.2. Serviço da Dívida

Quadro 26 – Evolução do Serviço da Dívida

Serviço da dívida (MLP)	2018	2017	Variação 17-18	
			€	%
Juros	490 785	522 907	-32 123	-6,1%
Amortizações	640 910	28 386 571	-27 745 661	-97,7%
Total	1 131 694	28 909 478	-27 777 784	-96,1%

O total gasto no serviço da dívida foi de 1.131.694 €, no ano de 2018.

8.3. Dívida Total

De acordo com a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, que revoga a Lei n.º 2/2007, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a media da receita corrente líquida cobrada dos três

últimos exercícios) devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira.

Quadro 27

Dívida Total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 exercícios		Saneamento Financeiro	Recuperação Financeira
(1)	$\geq 1 \text{ e } \leq 1,5$	Facultativo	-
(2)	$> 0,75$ (dívida total excluindo empréstimos)	Obrigatório	-
(2)	$> 1 \text{ e } < 2,25$	Obrigatório	-
(3)	$\geq 2,25 \text{ e } \leq 3$	Obrigatório	-
(5)	> 3		Obrigatório

A 31 de dezembro de 2018 o Município encontra-se em situação passível de recurso a um dos mecanismos de recuperação financeira referidos no art.º 57 da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, uma vez que a dívida total representa 5,15 vezes a média da receita corrente líquida cobrada dos últimos três exercícios.

A dívida total e o excesso de endividamento estão apresentados no quadro seguinte, estando contemplada quer a dívida do Município, quer a das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total a que se refere o art.º 54º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, sendo a mesma provisória.

Quadro 28 - Limites de Endividamento

Rúbrica	Valor
Limite da dívida (1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada)	8.124.782,82
Dívida total	27.917.947,32
FAM	34.276,50
Operações não orçamentais	135.500,97
Total	27.748.169,85
Excesso	19.623.387,04

9. Equilíbrio Orçamental

Conforme artigo 40.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro:

- 1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.
- 3 - O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.
- 4 - Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médios e longo prazo o montante correspondente à divisão do capital contratado pelo número de anos de contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

O quadro seguinte demonstra o cálculo da verificação do equilíbrio orçamental a 31 de dezembro de 2018:

Receita corrente bruta cobrada	Despesa Corrente Paga	Amortização Média	Valor apurado para verificação do equilíbrio orçamental	Excesso
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)=(4)-(1)
5.503.293,14 €	4.668.215,14 €	821.162,70 €	5.482.854,32 €	- 13.915,30 €

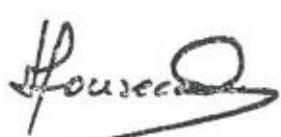
Como se pode verificar, o Município cumpre o disposto no artigo 40.º da Lei 73/2013 de 03 de setembro.

10. Proposta de Aplicação de Resultados

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido positivo de 334.196,52 € tenha a seguinte aplicação:

334.196,52 € para Resultados Transitados.

O Presidente da Câmara Municipal.



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO – Relatório de Monitorização FAM do ano 2018

O presente anexo ao relatório de gestão é apresentado de acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 29º da Lei 53/2014, que aprovou o FAM, que estipula que os municípios que adiram ao FAM estão obrigados a incluir no relatório de gestão um anexo relativo à execução do PAM, do qual consta especial fundamentação em caso de apuramento de desvios.

1. ENQUADRAMENTO

O Município de Fornos de Algodres encontra-se numa situação de rutura financeira desde 30 de setembro de 2008, o que originou que em 17 de setembro de 2009 fosse publicado em Diário da República o seu Plano de Reequilíbrio Financeiro. Por sua vez, no dia 21 de janeiro de 2010, foi deliberado por unanimidade, em Assembleia Municipal, a concessão de autorização para contratação do empréstimo a médio e longo prazo, até ao limite de 35.000.000,00€, no âmbito desse mesmo Plano de Reequilíbrio Financeiro.

A Lei n.º 53/2014, de 25 agosto, aprova o Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal (FAM), tem como objetivo estabelecer os mecanismos jurídicos e financeiros necessários à adoção de medidas que permitam ao Município atingir e respeitar o limite da dívida total previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Nos termos do artigo 61.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pela Lei n.º 69/2014, de 16 de julho, sempre que o Município se encontre em situação de rutura financeira, tem de aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal e recorrer ao FAM.

Pelo que, a 23 de setembro de 2014 a Câmara Municipal de Fornos de Algodres reuniu ordinariamente, deliberando por unanimidade reconhecer a situação de rutura financeira e aceder ao FAM, em virtude das medidas aprovadas no Plano de Reequilíbrio Financeiro, se demonstrarem insuficientes para resolver a situação financeira da Autarquia.

Conforme disposto no artigo 29.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, o n.º 1 refere que, " Os municípios prestam trimestralmente à DGAL, através do Sistema Integrado de Informação da Administração Local, a informação necessária à monitorização do PAM, a qual é efetuada de acordo com a estrutura definida pela direção executiva " e no n.º 2 "A Informação relativa ao segundo e ao quarto trimestre e cada ano é acompanhada de certificação do auditor externo do Município, devendo incidir nomeadamente sobre o grau de cumprimento dos objetivos do PAM."

Informa o artigo 9.º da Lei n.º 53/2014, alínea d), que versa sobre as Competências da direção executiva, que a mesma deverá "Monitorizar a execução dos PAM's".

Assim, no sentido de ser prestada a devida informação respeitante à execução do Programa de Ajustamento Municipal de Fornos de Algodres, é elaborado o presente relatório, sintetizando a mesmas pelas três áreas de atuação:

1. Reequilíbrio Orçamental;
2. Plano de Reestruturação da Dívida;
3. Assistência Financeira.

2. REEQUILIBRIO ORÇAMENTAL

Conforme artigo 34º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que define o objetivo do mesmo, as medidas de reequilíbrio orçamental constantes do PAM visam a racionalização da despesa e a maximização da receita municipal, bem como a otimização da gestão do seu património.

Para cumprimento deste objetivo principal foram definidas várias medidas acordadas entre o Município e o FAM nomeadamente os limites quantitativos trimestrais da execução orçamental da receita e da realização de despesas, assim como as medidas de consolidação orçamental, incluindo os impactos previstos e os respetivos prazos vigência do PAM.

No presente ponto, detalha-se a execução de cada uma das medidas no período em apreço, quer ao nível da receita quer ao nível da despesa.

Assim, conforme clausulado no Contrato do PAM, o qual contempla todas as medidas de reequilíbrio orçamental contratualizadas, apresentamos a execução do ano 2018.

2.1 RECEITA

No que respeita às medidas de reequilíbrio orçamental da receita, o Município comprometeu-se e está em cumprimento com o contratualmente estabelecido no Contrato PAM.

Assim, conforme dispõem as condições na área da receita:

1 – O Município compromete-se a manter a participação variável no IRS à taxa máxima, pelo prazo de vigência do PAM.

Foi apresentada a proposta para a Participação Fixa no IRS a cobrar em 2018, em 5%, que foi aprovada em reunião de Câmara Ordinária no dia 26 de julho de 2017, e em Assembleia Municipal no dia 6 de setembro de 2017.

No ano de 2018 a execução fixou-se em 96,38 %, face ao contratualizado no PAM, conforme quadro abaixo:

Classificação Económica	Receita	2018	
		PAM	Executado
06030103	Participação Fixa no IRS	91.027,00 €	87.733,00 €

2 – O Município compromete-se a manter a taxa máxima de derrama, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, pelo prazo de vigência do PAM.

Foi apresentada a proposta para a taxa de Derrama a cobrar em 2018, no limite máximo de 1,5%, que foi aprovada em reunião de Câmara Ordinária no dia 26 de julho de 2017, e em Assembleia Municipal no dia 6 de setembro de 2017.

No ano de 2018 a execução fixou-se em 127,68 %, face ao contratualizado no PAM, conforme quadro abaixo.

Classificação Económica	Receita	2018	
		PAM	Executado
010205	Derrama	21.231,00 €	27.108,68 €

3 – O Município compromete-se a manter a aprovação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) no nível máximo, pelo prazo de vigência do PAM.

Foi apresentada a proposta para a taxa de IMI a cobrar em 2018, no limite máximo, que foi aprovada em reunião de Câmara Ordinária no dia 26 de julho de 2017, e em Assembleia Municipal no dia 6 de setembro de 2017.

Em 2018 a execução fixou-se em 115,21%, face ao contratualizado no PAM, conforme quadro abaixo:

Classificação Económica	Receita	2018	
		PAM	Executado
010202	Imposto Municipal sobre Imóveis	420.576,00 €	484.554,83 €

4 – O Município compromete-se a não aplicar qualquer fator minorativo e a aplicar os fatores majorativos nos termos e para os efeitos legalmente previstos, no que se refere à taxa de IMI e de derrama, pelo prazo de vigência do PAM.

O Município cumpriu com a presente medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM, considerando que foram deliberadas em 2017 para aplicação em 2018 das taxas máximas previstas no CIMI e na proposta de Orçamento de Estado (OE) para 2018.

5 – O Município compromete-se a revogar benefícios fiscais e isenções de taxas, cuja concessão seja de competência do município, bem como a abster-se quanto à concessão de benefícios durante o prazo de vigência do PAM.

O Município cumpriu com a medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM, considerando que, no presente exercício, não existem benefícios fiscais e isenções de taxas em vigor que possam ser objetos de revogação.

6- O Município compromete-se a incorporar nos preços a cobrar pelo Município nos sectores do saneamento, água e resíduos as recomendações da entidade reguladora daqueles setores, pelo prazo de vigência do PAM.

O Município não cumpriu com a medida estabelecida no PAM. Atualmente ainda não estão a ser aplicados os preços de acordo com as recomendações da ERSAR.

No ano de 2018 a execução fixou-se em 96,58 %, face ao contratualizado no PAM, conforme quadro abaixo:

Classificação Económica	Receita	2018	
		PAM	Executado
07	Venda de Bens e serviços correntes	426.982,00 €	412.364,64 €

7 – O Município compromete-se a implementar medidas tendentes ao aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem a cobrança de taxas e preços municipais, bem como ao nível da aplicação de coimas e promoção dos processos de execução fiscal a cargo do município, designadamente no que se refere à arrecadação de receita ao nível de multas e penalidades pelo não cumprimento das diretivas municipais, com os impactos por ano.

O Município não cumpriu com a medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM, contudo foi criado o gabinete de processos e contraordenações

Em termos acumulados, no ano de 2018 a execução fixou-se em 94,77%, face ao contratualizado com o PAM, conforme quadro abaixo:

Classificação Económica	Receita	2018	
		PAM	Executado
02	Impostos indiretos	5.867,00 €	4.381,38 €
04	Taxas, multas e outras penalidades	125.466,00 €	112.353,08 €
07	Venda de bens e serviços correntes	426.982,00 €	412.364,64 €

8 – O Município compromete-se a atualizar anualmente o regulamento e respetiva tabela municipal de taxas e preços, respeitando, nomeadamente o disposto no regime geral das taxas das autarquias locais e no regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, bem como a demais legislação setorial e/ou específica atinente, pelo prazo de vigência do PAM.

O Município cumpriu com a medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM.

9 – O Município compromete-se a dinamizar espaços e equipamentos municipais com vista à arrecadação de receita com aluguer dos mesmos, com os impactos, por ano.

O Município não cumpriu com a medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM, contudo criou uma equipa para apresentar regulamentos de alguns equipamentos municipais.

No ano de 2018 a execução fixou-se em 89,14%, face ao contratualizado com o PAM, conforme quadro abaixo:

Classificação Económica	Receita	2018	
		PAM	Executado
05	Rendimentos de Propriedade	266.198,00€	237.277,23 €

10 – O Município compromete-se a utilizar a receita gerada com medidas não previstas e/ou especificadas no PAM na redução extraordinária da dívida total, nomeadamente a que decorrer da venda de bens de investimento.

Classificação Económica	Receita	2018	
		PAM	Executado
09	Vendas de Bens de investimento	1.517,00 €	1.000€

Conforme quadro acima, o Município não cumpriu com a medida contratualizada no PAM.

11 – O Município compromete-se a efetuar as comunicações legalmente necessárias e previstas na lei e nos termos e para os efeitos previstos no número acima, nomeadamente à Autoridade Tributária e Aduaneira, devendo informar o FAM, das mesmas ao abrigo da monitorização do PAM.

O Município cumpriu com a presente medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM, dado que as comunicações estão a ser reportadas atempadamente à Autoridade Tributária e Aduaneira, nomeadamente no que respeita à fixação das taxas de IMI, Derrama, Participação variável no IRS e Taxa Municipal de Direitos de Passagem.

2.2 DESPESA

No que respeita às medidas de reequilíbrio orçamental da despesa, o Município comprometeu-se e está em cumprimento com o contratualmente estabelecido no Contrato PAM.

Assim, conforme dispõem as condições na área da despesa:

12 – O Município compromete-se a racionalizar a despesa realizada com pessoal até 2019, comprometendo-se a partir daí a não aumentar a despesa realizada com pessoal, pelo prazo de vigência do PAM, a um ritmo superior á taxa de inflação.

Relativamente a esta medida o Município não cumpriu com a obrigação imposta em termos de reequilíbrio orçamental constante no PAM, conforme quadro, no entanto aplicando a taxa de inflação constante do cenário macroeconómico subjacente ao Orçamento de Estado do ano a que diz respeito, o desvio é de 0,05 %.

Classificação Económica	Despesa	FAM	2018	Desvio	
				Valor	%
01	Despesas com Pessoal	1.779.286,00 €	1.806.954,33 €	- 27.668,33€	98,47%

13 – O Município compromete-se com a monitorização, pelo prazo de vigência do PAM, de encargos variáveis ou eventuais, designadamente trabalho extraordinário, ajudas de custo e outras despesas com deslocações, por norma a respeitar os limites de despesas contantes nos Mapas e o disposto no número anterior.

O Município não cumpriu com a presente medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM, devido ao pagamento do Subsídio de reintegração ao Ex-Presidente do Município, José Severino Soares Miranda conforme Processo Judicial N.º 531/14.5 BECTB, valor que estava incluído nos passivos contingentes, tendo sido efetuado um 2º desembolso do FAM para pagamento do mesmo a 29/12/2017 e pago ao autor da ação judicial a 15/01/2018.

Classificação Económica	Despesa	2018	
		PAM	Executado
020102	Abonos variáveis ou eventuais	25.571,00€	41.245,96 €

14 – O Município compromete-se a reduzir o número de postos de trabalho até 2019 de acordo com o quadro seguinte:

FORNOS DE ALGODRES	2016	2017	2018	2019
Pessoal ao serviço do município (n.º trabalhadores)	93	93	93	89

O Município cumpriu com a presente medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM. No final do ano de 2018, segundo o PAM, o Município não poderia ter mais de 93 colaboradores ao serviço, nesta data supera-se o previsto, visto que o Município tem 87 colaboradores no quadro de pessoal.

15 – O Município compromete-se a não adotar medidas em matéria de gestão do tempo de trabalho que conduzam ao aumento da despesa, pelo prazo de vigência do PAM.

O Município cumpriu com a medida de reequilíbrio orçamental constante no PAM, em virtude do valor pago no Processo Judicial N.º 531/14.5 BECTB no valor de 33.583,44, estar incluído nos Passivos Contingentes, resultando numa despesa líquida de 7.662,52 €.

16 – O Município compromete-se a proceder ao faseamento da despesa de investimento respeitando os limites quantitativos, comprometendo-se a partir daí a não aumentar a despesa realizada, pelo prazo de vigência do PAM, a um ritmo não superior à taxa de inflação.

Relativamente a esta medida o Município cumpriu com as medidas de reequilíbrio orçamental constantes no PAM, conforme quadro, em virtude de ano 2018, terem sido liquidados 3 passivos contingentes (Boleto & Pinto, Lda; Lopes & Irmão, Lda e Andrade, Lda) no valor total de 1.188.788,69 €:

Classificação Económica	Despesa	2018	
		PAM	Executado
020701	Investimentos	619.508,00 €	1.383.237,25 €

17 – A taxa de inflação a considerar para efeitos dos números anteriores é a constante do cenário macroeconómico subjacente ao Orçamento de Estado do ano a que diz respeito.

O Município de Fornos de Algodres, respeitou os limites impostos nos números 12 a 16.

3. PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA

18 – O Município compromete- se a respeitar os acordos de reestruturação da dívida firmados com os credores, no âmbito do PRD (vd., anexo a).

Relativamente a esta medida o Município, respeitou os acordos de reestruturação da dívida com os credores (Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP, José Severino Soares Miranda, Andrade, Lda; Lopes e Irmão, Lda e Boleto & Pinto, Lda).

19 – O Município compromete-se a verificar a legalidade e conformidade da realização da despesa, nomeadamente a título de procedimentos de contratação pública, comprometendo-se ainda a não efetuar qualquer pagamento de dívida aos credores, com os montantes dos desembolsos, sempre

que se verifique a ilegalidade ou desconformidade do respetivo processo de realização de despesa.

Relativamente a esta medida o Município cumpriu com as medidas de reestruturação financeira constantes em PAM. O Município verifica a legalidade e conformidade da realização da despesa, nomeadamente a título de procedimentos de contratação pública, comprometendo-se ainda a não efetuar qualquer pagamento de dívidas aos credores, com os montantes dos desembolsos, sempre que se verifique a ilegalidade ou desconformidade do respetivo processo de realização de despesa.

20 – A Lista com a relação global dos créditos objeto de reestruturação, a identificação dos credores e os termos das alterações acordadas e designadamente, a quantificação da redução da dívida.

A lista com a relação global dos créditos, encontra- se no anexo A.

4. ASSISTÊNCIA FINANCEIRA

21 - Ao abrigo do artigo 43.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, foi acordada a assistência financeira, através de empréstimo, até ao montante de 32.620.056,73 € (Trinta e dois milhões, seiscentos e vinte mil e cinquenta e seis euros e setenta e três centimos), pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos.

O valor da assistência financeira no montante de 27.521.447,26 € (Vinte e sete milhões, quinhentos e vinte e um mil, quatrocentos e quarenta e sete euros e vinte e seis centimos), foi desembolsado pelo FAM a 15/05/2017.

O referido valor de assistência financeira foi utilizado para amortização do empréstimo de reequilíbrio financeiro, em igual valor, na mesma data.

O 2º desembolso do PAM, ocorreu em 29/12/2017, no valor de 33.583,44 € (Trinta e três mil, quinhentos e oitenta e três euros e quarenta e quatro centimos), que foi utilizado para pagamento do passivo contingente, do Processo Judicial N.º 531/14.5 BECTB, com igual valor. O referido valor foi liquidado a 15/01/2018 a José Severino Soares Miranda.

O 3º desembolso do PAM, ocorreu em 05/04/2018, no valor de 68.142,00 € (Sessenta e oito mil, cento e quarenta e dois euros), que foi utilizado para pagamento do passivo contingente, do Processo Judicial N.º 99/15.5BECTB, com igual valor. O referido valor foi liquidado a 24/04/2018 ao fornecedor Andrades, Lda.

O 4º desembolso do PAM, ocorreu em 14/08/2018, no valor de 1.082.421,68 € (Um milhão e oitenta e dois mil, quatrocentos e vinte e um euros e sessenta e oito centimos), que foi utilizado para pagamento de passivos contingentes, dos processos judiciais:

- N.º 538/14.2BECTB, no valor de 336.075,78 € O referido valor foi liquidado a 16/08/2018 ao fornecedor Boleto & Pinto, Lda;
- N.º 346/14.0BETCB, 340/14.1 BETCB;347/14.9 BETCB;350/14.9 BETCB;345/14.2 BETCB;339/14.8 BETCB;341/14.0 BETCB;342/14.8 BETCB;343/14.6 BETCB;344/14.4 BETCB;348/14.7 BETCB;349/14.5 BETCB;351/14.7 BETCB, no valor global de 746.345,90 €. O referido valor foi pago no dia 31/08/2018 ao fornecedor Lopes & Irmão, Lda.

Mapa 1 – Medidas do Executivo para cumprimento do Plano

Medidas	Natureza (permanente/temporária)	Alinea (*)	Impactos previstos		Justificação
			Descrição	2018 (em €)	
i) Instituir medidas de controlo para a requisição de compra de peças	Permanente	k)	Controlo mais eficiente na gestão do material e ferramentas de desgaste rápido	7	O município cumpriu a medida, tem reduzido o valor anualmente € (face ao PAM)
ii) Instalação de contadores de água nos edifícios municipais e rotundas por forma a controlar os consumos efetivos de água do Município.	Permanente	k)	Controlo mais eficiente na gestão do material e ferramentas de desgaste rápido	25	O município efetuou o levantamento dos edifícios municipais e outros para instalação de contadores de água, tendo durante o ano de 2018 instalado 50% dos contadores,
iii) Instituir medidas de controlo nas reparações de automóveis (requisitar 3 orçamentos diferentes antes de efetuar reparação)	Permanente	k)	Controlo mais eficiente na manutenção da frota automóvel	30	O município não cumpriu a presente medida, devido ao parque automóvel se encontrar obsoleto. No entanto os serviços procuram sempre o melhor preço para a reparação.
iv) Renegociação dos contratos com os taxistas	Permanente	k)	Redução dos custos de transporte	7	O Município renegociou contratos de Transportes escolares no ano de 2015.
v) Instituir medidas de controlo aos consumos efetivos do Município.	Permanente	k)	Controlo mais eficiente dos montantes faturados pela AZC e Resiestrela ao Município.	-	O Município encetou uma ação judicial contra as AZC, reclamando os valores faturados. Aguarda Decisão Judicial.
vi) A CMFA pretende instalar iluminação LED em alguns locais do município	Permanente	k)	Redução dos consumos de electricidade	18	Foi submetida uma candidatura ao POESUR de eficiência energética a para as piscinas municipais. Foi instalada iluminação LED no edifício dos Paços do Concelho.
vii) Contratação de um colaborador cuja responsabilidade passará por fiscalizar as atividades comerciais do Município.	Permanente	i)	Arrecadação de receita ao nível de multas e penalidades pelo não cumprimento das diretrizes municipais (outdoors, publicidade, etc)	10	O Município não cumpriu com a presente medida, por não poder contratar nem alocar (devido ao reduzido número) funcionários para a realização desta função.
viii) Dinamizar espaços e equipamentos municipais com entidades externas ao Município	Permanente	g)	Arrecadação de receita com aluguer dos espaços a instituições do Município (por um valor simbólico) e a instituições externas ao Município	3	O Município compromete-se, durante o ano de 2019, a cumprir na integra com esta medida.



Mapa 2: Limites quantitativos da Receita

Capítulo	Grupo	Artigo	Sub-artigo	Designação	Execução a 31/12/2015	PAM 2018	Execução a 31/12/2018	Variação
				RECEITAS CORRENTES	5 349	5 427	5 530	103
01				Impostos diretos	743	544	681	137
01	02	02		IMI	551	421	485	64
01	02	03		Imposto único de circulação	88	73	96	23
01	02	04		IMT	83	29	73	44
01	02	05		Derrama	21	21	27	7
01	02	07		Impostos abolidos	-	-	-	-
01	02	99		Impostos diretos diversos	-	-	-	-
02				Impostos indiretos	1	6	4	(2)
04				Taxas, multas e outras penalidades	116	125	115	(10)
05				Rendimentos da propriedade	217	266	237	(29)
06				Transferências correntes	3 797	3 917	3 957	40
				<i>Das quais:</i>				-
06	01	02		Sociedades e quase-sociedades não financeiras (*)	2	4	1	(3)
06	03	01	01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 460	3 498	3 670	172
06	03	01	02	Fundo Social Municipal	121	122	121	(1)
06	03	01	03	Participação fixa no IRS	90	91	88	(3)
06	03	01	99	Outras (*)	77	123	62	(61)
06	03	06		Estado - Participação comunitária proj. cofinanciados	17	27	-	(27)
06	06	01		Segurança social (*)	13	13	12	(1)
06	08	01		Familias (*)	18	39	4	(35)
07				Venda de bens e serviços correntes	461	427	436	9
08				Outras receitas correntes	14	142	99	(43)
				RECEITAS DE CAPITAL	408	481	409	(72)
09				Venda de bens de investimento	-	-	1	1
10				Transferências de capital	408	481	408	(73)
				<i>Das quais:</i>				-
10	03	01	01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	384	389	408	19
10	03	07		Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados	24	92	-	(92)
10	03	08		Serviços e Fundos. Autónomos	-	-	-	-
11				Ativos financeiros	-	-	-	-
12				Passivos Financeiros	-	-	1 151	1 151
13				Outras receitas de capital	-	-	-	-
15				Reposições não abatidas nos pagamentos	0	2	15	13
				TOTAL DAS RECEITAS	5 757	5 904	7 090	1 186

Como se pode verificar pelo quadro anterior, no geral os limites quantitativos da receita, referente a 2018, apresentam uma execução orçamental superior ao previsto no PAM.

As receitas correntes apresentam um acréscimo de 103.131€ face ao PAM, que resulta essencialmente dos Impostos Diretos, mais concretamente do Imposto Municipal sobre imóveis.

As receitas de capital, apresentam um desvio negativo de 72.237€, resultado essencialmente da não arrecadação de receita proveniente da participação comunitária em projetos cofinanciados.

Em termos gerais, a receita efetivamente arrecadada apresenta um desvio negativo 1.158.620€ de face ao contratualizado no PAM, devido ao desembolso das 2º,3º e 4º tranche do Plano de Ajustamento Municipal, no valor global de 1.150.537€.

Mapa 3: Limites quantitativos da despesa

Agrupamento	Subagrupamento	Rúbrica	Despesas	Execução a 31/12/2015	PAM 2018	Execução a 31/03/2018	Variação
			DESPESAS CORRENTES	3 795	4 269	4 728	459
01			Despesas com o pessoal	1 775	1 779	1 807	28
01	01		Remunerações certas e permanentes	1 349	1 367	1 364	- 3
01	02		Abonos variáveis ou eventuais	35	23	41	19
01	03		Segurança social	390	390	402	12
02			Aquisição de bens e serviços	1 257	1 493	1 954	461
02	01		Aquisição de bens	241	400	467	67
02	01	01	Matérias-primas e subsidiárias	-	-	-	-
02	01	02	Combustíveis e lubrificantes	71	62	77	16
02	01	03	Munições, explosivos e artifícios	-	0	-	0
02	01	04	Limpeza e higiene	20	20	24	4
02	01	05	Alimentação - Refeições confeccionadas	107	69	69	0
02	01	06	Alimentação - Géneros para confeccionar	-	-	-	-
02	01	07	Vestuário e artigos pessoais	-	-	9	9
02	01	08	Material de escritório	5	6	4	- 2
02	01	12	Material de transporte - Peças	4	4	2	- 2
02	01	14	Outro material - Peças	19	20	13	- 7
02	01	15	Prémios, condecorações e ofertas	5	8	8	0
02	01	16	Mercadorias para venda	-	170	207	37
02	01	17	Ferramentas e utensílios	0	1	0	- 1
02	01	18	Livros e documentação técnica	0	0	0	- 0
02	01	19	Artigos honoríficos e de decoração	0	0	0	- 0
02	01	20	Material de educação, cultura e recreio	1	9	12	3
02	01	21	Outros bens	9	31	42	11
02	02		Aquisição de serviços	1 016	1 093	1 487	394
02	02	01	Encargos das instalações	169	188	174	- 14
02	02	02	Limpeza e higiene	-	-	-	-
02	02	03	Conservação de bens	77	42	65	23
02	02	04	Locação de edifícios	-	-	-	-
02	02	05	Locação de material de informática	-	-	-	-
02	02	06	Locação de material de transporte	-	-	-	-
02	02	08	Locação de outros bens	-	1	-	- 1
02	02	09	Comunicações	20	18	32	14

Agrupamento	Subagrupamento	Rúbrica	Despesas	Execução a 31/12/2015	PAM 2018	Execução a 31/03/2018	Variação
02	02	10	Transportes	194	166	165	-1
02	02	11	Representação dos serviços	2	6	1	-4
02	02	12	Seguros	37	32	46	14
02	02	13	Deslocações e estadas	7	2	4	2
02	02	14	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	28	37	41	5
02	02	15	Formação	-	1	14	13
02	02	16	Seminários, exposições e similares	0	2	-	-2
02	02	17	Publicidade	5	6	27	21
02	02	18	Vigilância e segurança	1	1	3	2
02	02	19	Assistência técnica	15	15	39	25
02	02	20	Outros trabalhos especializados	182	333	331	-2
02	02	22	Serviços de saúde	2	2	2	0
02	02	24	Encargos de cobrança de receitas	18	13	16	3
02	02	25	Outros serviços	259	229	525	296
03			Juros e outros encargos	657	868	562	306
03	01		Juros da dívida pública	650	853	491	362
03	01	03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	650	853	491	362
03	01	05	Administração pública central - Estado	-	-	-	-
03	01	06	Administração pública central - Serviços e fundos autónomos	-	-	-	-
03	02		Outros encargos correntes da dívida pública	0	0	0	0
03	03		Juros de locação financeira	-	-	-	-
03	04		Juros tributários	-	-	-	-
03	05		Outros juros	1	6	69	64
03	06		Outros encargos financeiros	6	9	2	7
04			Transferências correntes	98	118	370	252
			<i>Das quais:</i>		-	-	-
04	01	01	Públicas	36	48	-	48
04	01	02	Privadas	-	-	-	-
04	05		Administração Local	-	-	84	
04	07		Instituições sem fins lucrativos	60	57	110	53
04	08		Familias	2	14	176	163
05			Subsídios	-	-	-	-
			<i>Das quais:</i>		-	-	-
05	01	01	Públicas	-	-	-	-
05	01	03	Privadas	-	-	-	-
05	08		Familias	-	-	-	-
06			Outras despesas correntes	8	11	36	25
			DESPESAS DE CAPITAL	1 785	1 491	3 198	1 707
07			Aquisição de bens de capital	389	1 037	2 488	1 451
07	01		Investimentos	369	620	1 506	886



Agrupamento	Subagrupamento	Rúbrica	Despesas	Execução a 31/12/2015	PAM 2018	Execução a 31/03/2018	Variação
07	02		Lotação financeira	-	66	-	66
07	03		Bens de domínio público	20	351	982	631
08			Transferências de capital	-	-	35	35
09			Ativos financeiros (*)	46	47	34	12
10			Passivos financeiros	1 350	408	641	233
			<i>Das quais:</i>		-	-	-
10	06		Empréstimos a médio e longo prazos	1 350	408	641	233
10	06	03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	-	-	-	-
10	06	05	Administração pública central - Estado	-	-	-	-
10	06	06	Administração pública central - Serviços e fundos autónomos	-	-	-	-
11			Outras despesas de capital	-	-	-	-
			TOTAL DAS DESPESAS	5 580	5 831	7 926	2 095

Em termos globais, o orçamento apresenta um desvio, relativamente ao contratualizado com o PAM, no valor de 2.094.654€, no entanto 1.184.150€ refere-se a pagamento de passivos contingentes.

Mapa 4 - Análise da evolução do mapa de pessoal

FORNOS DE ALGODRES	2016	2017	2018	2019
Proposta PAM	93	93	93	89
Quadro de Pessoal Município	92	90	87	N/A

Conforme demonstrado o Município de Fornos de Algodres, tem vindo a reduzir número de postos de trabalho.

Mapa 5 – Análise do Stock e Sustentabilidade da dívida

		Previsto no PAM	Executado a 31/12/2018
1	Dívida Total (1=2+11)	32 620 000,00 €	27.905.276,76 €
2	Dívida do Município (2=3+4+...+10)	32 620 000,00 €	27.905.276,76 €
3	Dívida a fornecedores	- €	- €
4	Dívida a fornecedores curto prazo	- €	207.544,60 €
5	Dívida a fornecedores ML prazo	- €	- €
6	Dívida Bancária	- €	- €
7	Curto prazo	- €	- €
8	Médio e longo prazo	32 620 000,00 €	27.697.732,16€
	Empréstimo CGD / BCP		- €
	FAM	32 620 000,00 €	27.697.732,16€
9	Dividas ao Estado	- €	- €
10	Dívida a outras entidades	- €	- €

		Previsto no PAM	Executado a 31/12/2018
12	Divida a fornecedores	- €	- €
13	Divida a fornecedores curto prazo	- €	- €
14	Divida a fornecedores ML prazo	- €	- €
15	Divida Bancária	- €	- €
16	Curto prazo	- €	- €
17	Médio e longo prazo	- €	- €
18	Dívidas ao Estado	- €	- €
19	Dívida a outras entidades	- €	- €

Serviço da dívida (juros + amortizações)	1 349 000,00 €	1.131.694,16 €
Rácio da Dívida Total	558,10%	615,18%
Passivos contingentes do Município	- €	2.576.349,86 €
Passivos contingentes das Entidades Participadas	- €	- €
Serviço da dívida/Receita efetiva	23,07%	14,34%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis.

Os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios definidos no ponto 3.2. do POCAL. De acordo com o princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2018 e o Balanço Final de 2017.

Em observância com o disposto no POCAL, a ótica patrimonial prevalece sobre a ótica Económica.

8.1 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1 - Identificação

Município de Fornos de Algodres

N.º de Identificação Fiscal: 505.592.959

Estrada Nacional 16

Apartado 15

6370-999 Fornos de Algodres

Composição do Órgão Executivo entre 1 de janeiro e 12 de Março:

Presidente: António Manuel Pina Fonseca

Vereadores: Rita Isabel Almeida Silva

Alexandre Filipe Fernandes Lote

Bruno Henrique Figueiredo Costa

Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues

Composição do Órgão Executivo entre 13 de Março e 31 de Dezembro:

Presidente: António Manuel Pina Fonseca

Vereadores: Alexandre Filipe Fernandes Lote

Bruno Henrique Figueiredo Costa

Rita Isabel Almeida Silva

Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues

Composição do Órgão Deliberativo entre 01 de Janeiro e 31 de dezembro:

Presidente: Carlos Manuel Andrade Costa

Secretário: António José Elvas da Rocha

Secretário: Manuel Gonçalves dos Santos

8.1.2 – Legislação

A lei 73/2013 de 12 de setembro vem regulamentar regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e revogar a lei n.º 2-A/2007, de 15 janeiro.

Assim a lei n.º 2-A/2007, de 15 janeiro determina que os municípios e freguesias estão sujeitos às normas consagradas na Lei de Enquadramento Orçamental e aos princípios e regras orçamentais e de estabilidade orçamental.

A contabilidade das autarquias locais respeita o POCAL, e visa:

- a) O controlo financeiro e a disponibilização de informação para os órgãos autárquicos, concretamente o acompanhamento da execução orçamental numa perspetiva de caixa e de compromissos;
- b) O estabelecimento de regras e procedimentos específicos para a execução orçamental e modificação dos documentos previsionais, de modo a garantir o cumprimento integrado, a nível dos documentos previsionais, dos princípios orçamentais, bem como a compatibilidade com as regras previsionais definidas;
- c) Atender aos princípios contabilísticos definidos no POCP, retomando os princípios orçamentais estabelecidos na lei de enquadramento do Orçamento do Estado, nomeadamente na orçamentação das despesas e receitas e na efetivação dos pagamentos e recebimentos;
- d) Na execução orçamental, devem ser tidos sempre em consideração os princípios da mais racional utilização possível das dotações aprovadas e da melhor gestão de tesouraria;
- e) A obtenção expedita dos elementos indispensáveis ao cálculo dos agregados relevantes da contabilidade nacional;
- f) A disponibilização de informação sobre a situação patrimonial de cada autarquia local.

As notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestações de contas exigidas no ponto 2 do POCAL, no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 54-A/99 e na resolução nº 4/2001 do Tribunal de Contas.

8.1.3 – Estrutura Organizacional Efetiva

O despacho n.º 675/2013, de 10 de janeiro vem regulamentar a Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Fornos de Algodres.

A Câmara Municipal tem as competências materiais e as competências de funcionamento previstas nos artigos 34.º e 35.º da lei 75/2013 de 12 de setembro.

O artigo 24.º da lei 75/2013 de 12 de setembro circunscreve à Assembleia Municipal competências de apreciação e fiscalização e as competências de funcionamento. A alínea a) do número 2 do artigo 25.º concede à assembleia municipal as competências de acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências.

8.1.4 - Descrição Sumária das Atividades

A atividade da Câmara Municipal de Fornos de Algodres baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas na lei 75/2013 de 12 de setembro nomeadamente nos artigos 34.º e 35.º.

8.1.5 - Recursos Humanos

Ao abrigo do artigo 234.º da lei 1/2001 os nomes e demais elementos de identificação dos cidadãos eleitos e respetivos cargos são os seguintes:

Quadro 29 – Responsáveis da Entidade

Nome	Situação na entidade	Remuneração líquida auferida	Período de responsabilidade	Morada
António Manuel Pina Fonseca	Presidente	30 179,60 €	01/01/2018 31/12/2018	Estrada Nacional 16 6370 - Fornos de Algodres
Rita Isabel Almeida Silva	Vice – Presidente	4 545,88 €	01/01/2018 12/03/2018	Qta do Comareiro 6370-041 Figueiró da Granja
Alexandre Filipe Fernandes Lote	Vereador a tempo inteiro	25 942,82 €	01/01/2018 12/03/2018	Estrada Nacional nº 16 6370 – Fornos de Algodres

	Vice-Presidente		13/03/2018 31/12/2018	
Bruno Henrique Figueiredo Costa	Vereador Vereador a tempo inteiro	9 684,83 €	01/01/2018 31/08/2018 01/09/2018 31/12/2018	Bairro do Valado nº 61 6370-041 Figueiró da Granja
Rita Isabel Almeida Silva	Vereadora	-----	13/03/2018 31/12/2018	Bairro Santa Eugénia, Lote 18, 1ºDto 3500-034 Viseu
Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues	Vereadora	-----	20/10/2018 31/12/2018	Rua Zona Sul lote 2º, 2º Esquerdo 6370-174 Fornos de Algodres

8.1.6 - Organização Contabilística

Os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios definidos no ponto 3.2. do POCAL conjugados com os procedimentos constantes na Norma de Controlo Interno.

Os sistemas informáticos existentes Município de Fornos de Algodres e adstritos à contabilidade são: o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), Sistema de Gestão de Tesouraria (SGT) e Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial (SIC) da Associação Informática de Região Centro (AIRC).

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1 – Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais, devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo e dos Resultados da Autarquia Local.

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos.

8.2.2 – Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem estas duas demonstrações financeiras.

8.2.3 - Critérios valorimétricos e contabilísticos

Imobilizações

Os critérios valorimétricos aplicados foram os seguintes:

Foram contabilizados os bens móveis cuja aquisição ocorreu durante o ano 2018. Foram igualmente registados todos os bens imóveis de domínio público ou privado, ainda não transferidos, cuja receção tenha ocorrido até ao final do ano de 2018. Todos os registo foram realizados ao custo de aquisição ou construção.

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros foram valorizados ao custo de aquisição.

Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas foram valorizadas ao custo de aquisição ou no caso das grandes reparações e beneficiações, pelo seu custo real.

Os ativos do immobilizado obtido a título gratuito estão registados pelo valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial, definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, pelo valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. No caso de este critério não ser exequível, o immobilizado assume o valor zero até ser alvo de uma grande reparação, assumindo então o valor desta.

Imobilizações em Curso

Estão registadas ao custo de aquisição ou construção e são transferidas para immobilizado no momento da receção provisória.

Bens de Domínio Público

Os bens de domínio público da responsabilidade da autarquia, são classificados como tal, sempre que a autarquia seja responsável pela sua administração e controlo, com exceção dos bens do património histórico artístico e cultural, são valorizados sempre que possível, ao custo de aquisição ou construção, com base nos mesmos critérios definidos para o Imobilizado Corpóreo.

Amortizações

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (II série).

Acréscimos e Diferimentos

A autarquia regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

Dívidas de terceiros e a terceiros

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Seguindo o princípio contabilístico da prudência em detrimento do princípio do custo histórico utilizado nas operações de relações com terceiros

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

8.2.4 - Cotações utilizadas na conversão em moeda portuguesa de transações em moeda estrangeira.

O Município de Fornos de Algodres não efetuou transações em moeda estrangeira, nem apresenta saldos em 31 de dezembro de 2018 em moeda estrangeira em que tenha sido efetuada a conversão e atualização cambial.

8.2.6 – Comentário às contas 431 – Despesas de Instalação e 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento.

A rubrica associada às despesas de investigação e desenvolvimento registou, na sua totalidade, a aquisição de projetos.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões

Ativo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustamento	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transferências	Saldo Final
De Bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais	226 045,44 €	- €	- €	- €	- €	226 045,44 €
Edifícios	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras Construções e Infraestruturas	32 112 077,72 €	68 142,00 €	565 301,17 €	- €	- €	32 745 520,89 €
Bens do património histórico, artístico e cultural	153 879,84 €	- €	8 517,25 €	- €	- €	162 397,09 €
Outros bens de domínio público	39 347,76 €	- €	214 185,52 €	- €	- €	253 533,28 €
Imobilizações em Curso	187 326,08 €	- €	137 420,17 €	- €	- €	324 746,25 €
Adiantamentos por Conta de Bens de domínio Público	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subtotal	32 718 676,84 €	68 142,00 €	925 424,11 €	- €	- €	33 712 242,95 €
De Imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	27 518,79 €	- €	- €	- €	- €	27 518,79 €
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	126 663,51 €	- €	24 247,44 €	- €	- €	150 910,95 €
Propriedade Industrial e Outros Direitos	29 546,28 €	- €	- €	- €	- €	29 546,28 €

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustamento	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transferências	Saldo Final
Imobilizações em Curso	- €	- €	50 184,00 €	- €	- €	50 184,00 €
Adiantamentos por conta de Imobilizações incorpóreas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subtotal	183 728,58 €	- €	74 431,44 €	- €	- €	258 160,02 €
De Imobilizações corpóreas						
Terrenos e Recursos Naturais	1 350 677,00 €	-	26 600,00 €	- €	- €	1 324 077,00 €
<i>Edifícios e Outras Construções</i>	26 831 845,24 €		26 600,00 €	493 616,25 €	- €	27 352 061,49 €
Equipamento Básico	842 771,06 €	- €	123 449,16 €	- €	- €	966 220,22 €
Equipamento de Transporte	1 085 874,78 €	- €	21 315,00 €	- €	- €	1 107 189,78 €
Ferramentas e Utensílios	151 733,12 €	- €	3 008,77 €	- €	- €	154 741,89 €
Equipamento administrativo	1 114 956,75 €	- €	71 146,80 €	- €	253,11 €	1 185 850,44 €
Taras e Vasilhame	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras Imobilizações Corpóreas	200 247,19 €	- €	1 599,00 €	- €	- €	201 846,19 €
Imobilizações em Curso	- €	- €	2 103,30 €		- €	2 103,30 €
Adiantamentos por conta de Imobilizações Corpóreas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subtotal	31 578 105,14 €	- €	716 238,28 €	- €	- 253,11 €	32 294 090,31 €
De Investimentos Financeiros						
Partes de Capital	211 920,00 €	- €	- €	- €	- €	211 920,00 €
Obrigações e Títulos de Participação	319 911,26 €	- €	-114 252,26 €	- €	- €	205 659,00 €



Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustamento	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transferências	Saldo Final
Outras Aplicações Financeiras - Depósitos em Instituições Financeiras	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras Aplicações Financeiras - Títulos de Dívida Pública	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras Aplicações Financeiras - Outros Títulos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Imobilizações em Curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Adiantamentos por conta de Investimentos Financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	531 831,26 €	- €	- 114 252,26 €	- €	- €	417 579,00 €

Mapa das Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público				- €
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €
Edifícios	- €	- €	- €	- €
Outras Construções e Infraestruturas	19 280 609,11 €	1 598 958,39 €	- €	20 879 567,50 €
Bens do património histórico, artístico e cultural	5 984,99 €	859,25 €	- €	6 844,24 €
Outros bens de domínio público	- €	11 159,15 €	- €	11 159,15 €
Subtotal	19 286 594,10 €	1 610 976,79 €	- €	20 897 570,89 €
De Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	13 355,99 €	7 080,34 €	- €	20 436,33 €
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	114 934,46 €	19 462,16 €	- €	134 396,62 €
Propriedade Industrial e Outros Direitos	29 546,28 €	- €	- €	29 546,28 €
Subtotal	157 836,73 €	26 542,50 €	- €	184 379,23 €
De Imobilizações corpóreas				
Terrenos e Recursos Naturais	9 804,12 €	- €	- 9 714,12 €	90,00 €
<i>Edifícios e Outras Construções</i>				

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Edifícios	5 188 032,62 €	419 513,70 €	- 809,51 €	5 606 736,81 €
Outras Construções	1 401 556,01 €	112 664,74 €	10 523,63 €	1 524 744,38 €
Equipamento Básico	549 413,61 €	- €	212 421,01 €	761 834,62 €
Equipamento de Transporte	980 418,03 €	20 615,33 €	- €	1 001 033,36 €
Ferramentas e Utensílios	145 540,34 €	2 672,04 €	- €	148 212,38 €
Equipamento administrativo	1 079 450,70 €	- €	-9 412,32 €	1 070 038,38 €
Taras e Vasilhame	- €	- €	- €	- €
Outras Imobilizações Corpóreas	194 670,72 €	165 661,41 €	-198 464,80 €	161 867,33 €
Subtotal	9 548 886,15 €	721 127,22 €	4 644,11 €	10 274 557,26 €
De Investimentos em Imóveis				
Terrenos e Recursos Naturais	- €	- €	- €	- €
<i>Edifícios e Outras Construções</i>	- €	- €	- €	- €
Edifícios	- €	- €	- €	- €
Outras Construções	- €	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €
De Investimentos Financeiros				
Partes de Capital	- €	- €	- €	- €
Obrigações e Títulos de Participação	- €	- €	- €	- €
Outras Aplicações Financeiras	- €	- €	- €	- €
Depósitos em Instituições Financeiras	- €	- €	- €	- €
Títulos da Dívida Pública	- €	- €	- €	- €
Outros Títulos	- €	- €	- €	- €

8.2.8 – Desagregação das rúbricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações

O inventário do imobilizado não está concluído. Tendo em conta o volume da informação a tratar, têm sido analisadas contas específicas, trabalho este que permitiu encontrar o detalhe para os bens móveis, incorpóreos e bens de domínio público, no que respeita aos edifícios e outros bens, bem como para os terrenos e recursos naturais. Contudo, ainda não é possível apresentar a informação com o nível de descrição solicitado neste ponto. Nesta medida, a informação constante do mapa síntese dos bens inventariados a remeter ao Tribunal de Contas, inclui, por um lado, todos os bens inventariados até ao final do exercício.

O ativo imobilizado integra alguns bens imóveis utilizados pelo Município, mas cujo registo da sua titularidade junto da Conservatória de Registo Predial ainda não foi efetuado, estando em curso os necessários procedimentos para a sua regularização.

8.2.12 – Imobilizações corpóreas e em curso em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia, reversíveis e respetivos custos financeiros capitalizados no exercício

- a) Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma.

Encontram-se cedidos por contrato de concessão os equipamentos relativos à distribuição de Água em alta e às ETAR's

- b) Imobilizações implantadas em propriedade alheia.

Não Aplicável

- c) Imobilizações reversíveis.

Não Aplicável

8.2.14 – Bens do imobilizado que não foi possível valorizar

A relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, encontra-se disponível na Secção de Património e Aprovisionamento da autarquia.

A inventariação dos bens não valorizados foi realizada pela empresa Sight Portuguesa, Lda., estando os critérios e os motivos transcritos no relatório final.

8.2.16 – Entidades Participadas

Denominação Social	NIPC	Sede	Participação do Município
Águas do Zêzere e Côa	505115042	Guarda	116.550,00 €
RESIESTRELA	507718232	Covilhã	49.370,00 €
Terras Serranas, SA	506468801	Fornos de Algodres	22.500,00 €
Fornos Vida, SA	509814735	Fornos de Algodres	7.500,00 €
CESAB	502883308	Mealhada	16.000,00 €

8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

O valor das dívidas de cobrança duvidosa no final do exercício de 2018 ascende a 11.027,51€, relativas à faturação de água.

8.2.26 – Contas de Ordem

Código e Designação das Contas	Saldo da Gerência Anterior	Movimento Anual		Saldo para Gerência Seguinte
		Devedor	Credor	
	€	€	€	€
Garantias e Cauções				
0.93 Garantias e Cauções de Terceiros				
.0932 Garantias e Cauções de Terceiros Prestadas		3 450,00		3 450,00
.09321 Prestadas por Fornecedores de c/c		1 564 331,86		1 564 331,86
.09322 Prestadas por Fornecedores de Imobilizado				
.09323 Prestadas por Outros Credores				
.0933 Garantias e Cauções de Terceiros Devolvidas				
.09331 Devolvidas a Fornecedores de c/c				
.09332 Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				
.09333 Devolvidas a Outros Credores				
.0934 Garantias e Cauções de Terceiros Acionadas				
.09341 Acionadas a Fornecedores de c/c				
.09342 Acionadas a Fornecedores de Imobilizado				
.09343 Acionadas Outros Credores				
Total de Garantias e Cauções	1 567 781,86	0,00	0,00	1 567 781,86
Recibos para Cobrança				
.092 Recibos para Cobrança (Receita Virtual)				
.0921 À Responsabilidade do Tesoureiro				
.0922 À Responsabilidade de Outros Agentes				
Total de Recibos para Cobrança				
Total	1 567 781,86	0,00	0,00	1 567 781,86

8.2.27 – Provisões Acumuladas

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19 Provisões para Aplicações de Tesouraria				- €
291 Provisões para Cobranças Duvidosas	10 638,20 €	389,31 €	- €	11 027,51 €
292 Provisões para Riscos e Encargos	3 805 430,89 €	89 339,29 €	1 318 420,43 €	2 576 349,86 €
39 Provisões para Depreciação de Existências	- €	- €	- €	- €
49 Provisões para Investimentos Financeiros	- €	- €	- €	- €
Total	3 816 069,09 €	89 728,60 €	36 804,31 €	3 868 993,38 €

As provisões para riscos e encargos respeitam genericamente quer aos processos judiciais em curso relacionados com a não aceitação das faturas da Sociedade Águas do Zêzere e Côa, S.A. (atual Águas de Lisboa e Vale do Tejo) quer quanto a processos judiciais em curso intentados contra o Município maioritariamente em exercícios anteriores. Refira-se que a partir de 2018 o Município passou a aceitar e pagar a totalidade da faturas de água emitidas pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

No presente exercício a rubrica de provisões para riscos e encargos foi reduzida em 1.318.420,43 euros em resultado do desfecho de processo judiciais em curso, dos quais cerca de 850.000 euros resultaram em despesas de capital.

8.2.28 – Fundo Patrimonial

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	3 901 527,41 €			3 901 527,41 €
55 Ajustamentos de partes de capital em empresas				
553 Outras variações nos capitais em empresas				
554 Depreciações				
57 Reservas				
571 Reservas legais				
575 Subsídios				
576 Doações				
577 Reservas decorrentes da transferência de ativos				
578 Regularizações Entidades Participadas				
59 Resultados transitados	- 8 702 154,91 €	69 762,36 €		- 8 632 392,55 €
Total	- 4 800 627,50 €	69 762,36 €	- €	- 4 730 865,14 €

8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
	€	€
Existências Iniciais	0,00	9 105,89
Compras	225 988,64	13 297,87
Regularização de existências	0,00	0,00
Existências finais	0,00	8 415,70
Custos no Exercício	225 988,64	13 988,06

8.2.30 – Demonstração da variação da produção

Movimentos	Produtos acabados	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e Trabalhos em Curso
	€	€	€
Existências Iniciais	0,00	0,00	0,00
Regularização de existências	0,00	0,00	0,00
Existências Iniciais	0,00	0,00	0,00
Aumento/Redução no Exercício	0,00	0,00	0,00

8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2018	2017			2018	2017
		€	€			€	€
681	Juros Suportados	562 735,06	541 927,94	781	Juros Obtidos	0,00	0,00
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	8 333,78
683	Amortizações de Investimentos em Imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de Investimentos em Imóveis	235 922,61	230 001,41
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participação de Capital	0,00	0,00
685	Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de Câmbio Favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros Custos e Perdas Financeiras	1 732,49	6 690,50	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	-328 544,94	-310 283,25	788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	0,00	0,00
Total		235 922,61	238 335,19			235 922,61	238 335,19

8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2018	2017			2018	2017
691	Transferências de Capital Concedidas	35 210,95	20 050,00	791	Restituições de Impostos	0,00	0,00
692	Dívidas Incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de Dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em Existências	52,54	0,00	793	Ganhos em Existências	0,00	0,00
694	Perdas em Imobilizações	0,00	0,00	794	Ganhos em Imobilizações	1 000,00	1 975,00
695	Multas e Penalidades	644,23	800,00	795	Benefícios de Penalidades Contratuais	1 143,58	286,35
696	Aumentos de Amortizações e Provisões	0,00	0,00	796	Reduções de Amortizações e Provisões	892 901,43	0,00
697	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	5 085,63	58 218,65	797	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	748,78	56 259,76
698	Outros Custos e Perdas Extraordinárias	70,00	125,00	798	Outros Proveitos e Perdas Extraordinárias	672 182,90	681 003,07
	Resultados Extraordinários				660 330,53		
	Total	1 567 976,69			739 524,18		
						1 567 976,69	739 524,18

8.2.33 – Outras informações consideradas relevantes

Atendendo ao previsto no artigo 61.º da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, sempre que os Municípios se encontrem em situação de rutura financeira, têm de aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal e a recorrer ao FAM.

Ainda neste domínio, determina o artigo 23.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que os Municípios devem apresentar uma proposta de Programa de Ajustamento Municipal (PAM), a qual, e ao que agora importa, deve preparar um conjunto de medidas específicas e quantificadas tendentes à diminuição da dívida total até ao limite legal.

O Plano de Ajustamento Municipal foi visado em Sessão Diária de Visto da 1ª Secção do Tribunal de Contas em 17/03/2017, o qual prevê um empréstimo financiado diretamente pelo Fundo de Apoio Municipal até ao montante de 32.620.057 euros

O valor da assistência financeira no montante de 27.521.447,26 €, foi desembolsado pelo FAM a 15/05/2017. O referido valor de assistência financeira foi utilizado para amortização do empréstimo de reequilíbrio financeiro, em igual valor, na mesma data.

O 2º desembolso do PAM, ocorreu em 29/12/2017, no valor de 33.583,44 €, que foi utilizado para pagamento do passivo contingente, do Processo Judicial N.º 531/14.5 BECTB, com igual valor.

A 20 de março de 2018, foi pronunciada a sentença relativa ao Processo judicial 99/15.5BECTB, que obrigou o Município à liquidação de 68.142,00 €.

Por sua vez, em Agosto de 2018 houve desfecho desfavorável de uma série de processos de fornecedores, que implicaram um pagamento global de 1.082.421,68 euros.

Pelo que o montante total recebido do FAM até 31/12/2018 cifra-se em 28.705.595 euros, sendo que a dívida do Município na mesma data é de 27.697.732 euros

8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

A informação sobre este ponto consta dos mapas que acompanham os documentos de prestação de contas, construídos de acordo com o definido no POCAL, designadamente: modificações do orçamento da receita, modificações do orçamento da despesa e modificações ao plano plurianual de investimentos.